

TACIANA FENILI DE SANTANA

**Um breve estudo sobre a violência escolar e as políticas públicas correlatas
na formação continuada dos professores**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Elaboração de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rozilda das Neves Alves

Maringá
2014

TACIANA FENILI DE SANTANA

**Um breve estudo sobre a violência escolar e as políticas públicas correlatas
na formação continuada dos professores.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof.ª. Dr.ª. Rozilda das Neves Alves
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima
Universidade Estadual De Londrina (UEL)

Prof.ª. Dr.ª. Maria Julia Lemes Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Aprovada em: 29 de abril de 2014

Local de defesa: Bloco H-12, sala 14, *campus* da Universidade Estadual de Maringá

*Dedico este trabalho com muito amor à minha
família.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e por ter me ungido todos os dias dessa caminhada.

Aos meus pais e minhas irmãs, pelas orações e pensamentos positivos para que eu pudesse alcançar meus objetivos, em especial à minha irmã Fernanda.

Aos meus filhos, Beatriz e Enzo, por terem compreendido minhas ausências.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Rozilda das Neves Alves, pelos ensinamentos, paciência e compreensão. Agradeço a confiança depositada em meu trabalho.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

Às minhas novas amigas concebidas na universidade. Que elas durem tanto quanto foram intensas.

"O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção."

(Paulo Freire)

Um breve estudo sobre a violência escolar e as políticas públicas correlatas na formação continuada dos professores

RESUMO

Este trabalho objetiva problematizar, refletir e analisar a prática pedagógica, enfocando os processos de ensino-aprendizagem e de profissionalização docente na formação continuada de professores no enfrentamento à violência escolar. Busca-se o entendimento das relações da ação docente com as interferências socioculturais no cotidiano da prática educativa, visando à inter-relação entre a teoria e a prática, bem como o seu entendimento e desempenho acerca da formação continuada, em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96 e as legislações vigentes no Estado do Paraná. O procedimento que conduz a investigação a respeito da formação continuada de professores, bem como as dificuldades que os docentes enfrentam na escola ao se depararem com demandas tão específicas e com necessidades distintas, se define a partir de uma reflexão sobre os dados resultantes de pesquisa bibliográfica, a fim de que possa ser apresentada uma síntese das pesquisas existentes na área em que o problema se situa. A partir disso, inferimos que a formação continuada de professores no enfrentamento à violência é um requisito para o trabalho docente, dado às mudanças sociais, o que exige a formulação de políticas públicas que atendam às diferentes demandas e que respondam a esta problemática.

Palavras-chave: Formação docente. Violência escolar. Prática reflexiva. Realidade educacional. Formação continuada de professores.

A brief study on school violence and related public policies in the continuing education of teachers

ABSTRACT

This work aims to analyze, reflect and analyze the pedagogical practice, focusing on the processes of teaching and learning and professionalization in initial and continuing training of teachers. Seeks to understand the relationship teaching action with sociocultural interference in daily educational practice, aiming at the interrelationship between theory and practice as well as their understanding and performance on the continuous training, in accordance with the Law of Guidelines and Bases of National Education - 9394/96 and the current laws in the State of Paraná. The procedure leading research concerning the continuing education of teachers as well as the difficulties that teachers face in school when faced with such specific demands and different needs, is defined from a reflection on the evidence from literature , so that a synthesis of the researches can be made in the area where the problem lies. From this, we infer that the continuing education of teachers in combating violence is a requirement for teachers' work, given the social changes, which requires the formulation of public policies that meet the different demands and to respond to this issue.

Keywords: Teacher Training School Violence. Reflective Practice. Educational reality. Continuing Education of Teachers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Com medo dos alunos	39
Figura 2 - Depoimento de um ex-professor do Ensino Médio	40
Figura 3 - O desafio de ensinar na periferia	41
Figura 4 - Explosão de violência nas escolas públicas assusta	42
Figura 5 - Alimentando a cultura do medo e do terror	47
Figura 6 - Violência nas escolas é 'epidemia' mundial	48

LISTA DE ABREVIATURAS

BPEC	Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária
CDS	Coordenação de Desenvolvimento Socioeducacional
CEIEVCA	Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes
CF	Constituição Federal
CIEVE	Comissão Interdepartamental de Enfrentamento à Violência nas Escolas
D.A.R.E.	Drug Abuse Resistance Education
DPPE	Diretoria de Políticas e Programas Educacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GTR	Grupo de Trabalho em Rede
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPM	Organização Policial Militar
PDE	Programa de Desenvolvimento Educacional
PEC	Patrulha Escolar Comunitária
PMPR	Polícia Militar do Paraná
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS GERAIS	14
1.2	METODOLOGIA	14
2	VIOLÊNCIA	17
3	VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	24
4	VIOLÊNCIA E FOBIA ESCOLAR	34
5	IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA	50
5.1	PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ	53
6	OUTROS PROGRAMAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA	57
6.1	PROJETO ESCOLA QUE PROTEGE	58
6.2	PATRULHA ESCOLAR	58
6.3	PROERD	60
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre a escola e seu papel enfatizam a formação do professor em todos os graus de ensino como requisito indispensável à democratização e à melhoria da qualidade da escola, bem como à construção de uma sociedade crítica, solidária e consciente. É preciso reafirmar que o preparo profissional do professor não pode ser estudado em apenas um de seus níveis de formação, uma vez que há uma interligação entre os diferentes graus. Consequentemente, a qualidade da competência profissional em qualquer etapa, afetará as demais.

Por outro lado, não podemos esquecer também que qualquer reflexão sobre a formação do professor apontará para discussões político-pedagógicas sobre a sociedade que se pretende. Questões como o que se entende por cidadania, o papel social da escola neste contexto, os tipos de vinculação existentes entre as demais Políticas Públicas e a Educação e as formas de participação dos professores na formulação das políticas do país, fazem parte da reflexão.

Há, portanto, outro lado da formação do professor a ser estudado – o do cidadão, visto que sua atuação tem dimensões políticas: no nível do ensino, diz respeito ao currículo desenvolvido dentro da sala de aula, e, por outro lado, o que se constrói fora dela, que explicita relações de poder, formas de organização interna da escola e de relação da escola com a comunidade.

O tema de estudo aqui proposto é a formação do professor e sua atuação em prol dos alunos e da instituição de ensino da qual faz parte, respeitando as políticas vigentes do nosso Estado. Busca-se compreender a ação docente e sua utilização para intermediar as problemáticas do cotidiano escolar, visto que o contexto social atual exige uma educação voltada para a construção de um homem com visão de mundo globalizado. Diante dessas exigências, é preciso oferecer qualidade, de modo que os alunos tenham condições efetivas para exercer a liberdade política e intelectual.

Do professor espera-se uma cultura mais ampliada, a competência para saber agir na sala de aula, a habilidade comunicativa, o domínio da linguagem e dos meios de comunicação, utilizando-se das mídias e multimídias, e, principalmente, ser conhecedor de suas potencialidades e limitações.

Entretanto, para Perrenoud (2002, p. 176),

A principal ferramenta de trabalho do professor é sua pessoa, sua cultura, a relação que instaura com os alunos, individual ou coletivamente. Mesmo que a formação esteja centrada nos saberes, na didática, na avaliação, na gestão de classe e nas tecnologias, nunca deve esquecer a pessoa do professor.

Hoje, a sociedade não identifica o professor como um aliado na promoção da cidadania. Vivemos um paradoxo, pois nunca se precisou tanto de professor e nunca se deu tão pouco a ele – tanto do ponto de vista da formação, quanto de sua valorização enquanto profissional.

A melhoria desse quadro só poderá ocorrer na medida em que se tenha a compreensão dos problemas existentes. Portanto, ao se realizar um trabalho voltado para a Formação de Professores tem-se a convicção de que, de alguma forma, há uma contribuição importante para uma educação de qualidade.

Sendo professores e alunos responsáveis diretos pelo desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, estes devem se perceber como sujeitos e objetos das políticas públicas da educação, reconhecendo a função social de cada um no contexto escola-sociedade.

Observa-se na prática cotidiana, que há professores que nunca fizeram um curso de qualidade, não participam de atividades construídas coletivamente e não se manifestam quando solicitados, colocando-se à margem do contexto, limitando-se a ouvir. Há muitos cursos de aperfeiçoamento e capacitação profissional direcionados aos professores que não atendem às reais necessidades da prática docente.

Conforme Freire (1996, p. 103),

O professor que não leva a sério sua formação, que não estuda, que não se esforça para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de uma classe (...) a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor.

A falta de interesse e motivação acarreta uma fragmentação na evolução do conhecimento dos alunos. Além disso, muitos paradigmas são quebrados na história da humanidade e o professor precisa acompanhar essa evolução.

No Estado do Paraná, a Lei Complementar nº 103, de 15/03/2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, em seu Capítulo VI - DAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, estabelece:

Art. 17. A qualificação profissional, visando à valorização do Professor e à melhoria da qualidade do serviço público, ocorrerá com base no levantamento prévio das

necessidades, de acordo com o processo de qualificação profissional da Secretaria de Estado da Educação ou por solicitação dos Professores, atendendo com prioridade a sua integração, atualização e aperfeiçoamento.

Parágrafo único – Ao Professor em estágio probatório fica garantido o desenvolvimento de atividades de integração, com o objetivo de inseri-lo na estrutura e organização dos Sistemas Educacionais e da Administração Pública.

Art. 18. O Professor que comprovar a realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional terá direito à progressão na Carreira, nos termos do artigo 14 desta Lei.

Art. 19. Fica assegurada a participação certificada do Professor convocado para atividades de formação e qualificação profissional promovidas ou previamente autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação sem prejuízo funcional e remuneratório.

Assim sendo, entende-se que o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná tem como objetivo "o aperfeiçoamento profissional contínuo e a valorização do Professor", em atendimento às necessidades da escola, dos alunos, da sociedade e do próprio professor. (Lei Complementar 103, de 15 de março de 2004).

O professor inserido neste contexto de mudanças é impulsionado a redirecionar sua formação, visando atender a atual conjuntura. De acordo com Barbosa e Calil (2002, p.4) em seu artigo “Formação do professor: a técnica do saber fazer”:

Em sua prática pedagógica ele se depara com diversos desafios, como estar em constante pesquisa, no sentido de atender a diversidade de informações que o novo contexto social lhe propicia para refletir e redirecionar sua prática e saber com clareza que caminhos deverá seguir.

São inúmeros os desafios diante da diversidade de conhecimentos que o mundo globalizado apresenta. Porém é preciso se utilizar dos mecanismos que favoreçam a construção de conhecimento, articulando a ação docente com o processo de mudanças que se fazem presentes na sociedade contemporânea.

Libâneo (2000, p. 77) ressalta:

O professorado, diante das novas realidades e da complexidade dos saberes envolvidos presentemente na sua formação profissional, precisaria da sua formação teórica mais aprofundada, capacidade operativa nas exigências da profissão, propósitos éticos para lidar com a diversidade cultural e a diferença, além, obviamente, da indispensável correção nos salários, nas condições de trabalho e de exercício profissional.

A sociedade moderna exige habilidades e conhecimentos diversos, fatores primordiais para a inserção do homem no mercado de trabalho, e o professor é um dos componentes de

grande contribuição para que isso ocorra de forma satisfatória. Enfatizando a importância da formação do professor, faz-se uma análise quanto à relevância da formação continuada, necessária em sua prática pedagógica, uma vez que a formação acadêmica já não é suficiente para garantir a qualificação.

Ainda de acordo com o pensamento de Barbosa e Calil (2002, p. 2):

Analisar a atuação do professor é de fundamental importância, pois se percebe que a prática pedagógica tem sido alvo de inúmeras críticas por parte de quase todos os segmentos da sociedade, em razão da função social da escola, como espaço do saber sistematizado. A crítica ocorre principalmente devido às práticas pedagógicas idealistas e alienadas.

No que tange à formação, Zeichner (1993, p. 17) reforça a importância no preparo de profissionais competentes e qualificados ao mencionar que “cada um deve responsabilizar-se pelo seu próprio desenvolvimento profissional [...] A universidade pode, quando muito, preparar o professor para começar a ensinar”.

Ao professor cabe desenvolver a capacidade de refletir sobre sua prática, como objetivo central da sua formação e como base para a construção de competências no exercício dos saberes profissionais. Porém, ainda citando Zeichner (1993, p. 17) “refletir sobre o próprio ensino exige espírito aberto, responsabilidade e sinceridade”.

Isto sugere comprometimento e conscientização do professor quanto à sua atuação e a influência que exerce em sala de aula, reflexão sobre si mesmo e sobre suas ações.

Assim, a intenção é aprofundar a discussão a partir de fundamentos teóricos, pautada pelas Políticas Públicas do Estado que valorizam a formação dos professores.

1.1 OBJETIVOS GERAIS

- Compreender a formação continuada de professores da educação básica voltada ao enfrentamento à violência na escola.
- Identificar as atuações do Estado do Paraná quanto à formação continuada de professores da rede estadual de educação básica voltada ao enfrentamento à crescente demanda de violência escolar.

1.2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza bibliográfica. Para Gil (2002, p. 44), as pesquisas sobre ideologias e aquelas que se propõem a analisar as diversas posições acerca de um problema, costumam ser desenvolvidas, quase que exclusivamente, a partir de fontes bibliográficas.

Ainda segundo Gil (2002, p. 45), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Para Fonseca (2002, p. 32),

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura resposta.

Como fonte de dados e levantamento bibliográficos foram utilizados livros, publicações e periódicos disponíveis nos portais da Capes, Scielo, teses e dissertações que abordam o tema. Também foram utilizados materiais jornalísticos de circulação nacional, como a Revista VEJA, e sítios eletrônicos como o Portal Dia A Dia Educação, Paraná Online, Brasil Escola e o Portal Brasil Medicina.

Além disso, foi fundamental para a pesquisa, a leitura e análise de obras de grandes autores da área, desde os clássicos, como Pierre Bourdieu, até os mais recentes, como Miriam Abramovay, por exemplo.

Partindo dos significados da palavra violência, que compõem a seção 2, descrever-se-á as várias formas de manifestação do fenômeno, suas prováveis causas e as reações que provoca na sociedade. Crime, agressão, incivilidade; violência autodirigida, interpessoal e coletiva; de natureza física ou psicológica, a violência presente nas relações sociais ao longo da história da humanidade.

Enquanto reflexo da sociedade em que está inserida, as instituições de ensino não são imunes à violência. A seção 3 tratará desta problemática, que interfere no desempenho escolar de alunos e inviabiliza o trabalho docente. A escola como caixa de ressonância das turbulências sociais.

Esse cenário de violência, evidenciado pela mídia de forma muitas vezes descontextualizada, contribui para o aumento do clima de insegurança, e entre os profissionais

da educação surge uma nova patologia causada pelo medo, a fobia escolar, tema que será abordado na seção 4, com apontamentos em situações reais de violência escolar.

A partir daí, a seção 5 irá tratar do aperfeiçoamento profissional, necessário aos docentes como em qualquer outra profissão, e da importância da formação continuada, como essencial e de extrema urgência quando envolve violência no espaço escolar.

Ainda na seção 5, serão apresentados os programas de capacitação do Estado do Paraná, com vista à valorização dos profissionais da educação e ao atendimento dos objetivos do Estado para a educação básica.

E finalmente na seção 6, serão descritos outros programas voltados ao enfrentamento à violência, parcerias com outras Secretarias de Estado, Polícia Militar do Paraná e Ministério da Educação e Cultura, com o intuito de prevenir e combater a violência.

2 VIOLÊNCIA

A violência contra o ser humano faz parte de uma trama antiga e complexa: antiga, porque data de séculos as várias formas de violência perpetradas pelo homem e no próprio homem; complexa por tratar-se de um fenômeno intrincado, multifacetado (OLIVEIRA; MARTINS, 2007, p. 90).

A violência está presente na sociedade desde a sua origem, assumindo características diferentes de acordo com o período histórico. Provavelmente sempre fez parte da experiência humana, tendo como característica sua permanência em várias formas de sociedade. Segundo Chauí (1994, p. 336), “desde a Antiguidade Clássica (greco-romana) até nossos dias, podemos perceber que, em seu centro, encontra-se o problema da violência e dos meios para evitá-la, diminuí-la, controlá-la”.

Os significados da palavra violência estão delimitados pela própria história da língua registrada, em parte nos dicionários. De acordo com o dicionário Houaiss (2009), violência é “a qualidade do que é violento; ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral contra; ato violento; força súbita que se faz sentir com intensidade; fúria; veemência; tirania”. O termo violência ainda incorpora uma grande diversidade de sentidos, definidos em termos históricos e culturais, incluindo variadas situações, desde pequenas infrações e ataques a bens materiais até as situações de risco à vida. (DEBARBIEUX, 1998; CHESNAIS, 1981; DUPÂQUIER, 1999).

Atos violentos são realidade e fazem parte do cotidiano de povos do mundo todo. Sua prática ocorre de várias maneiras, ocasionando ferimentos muitas vezes fatais. Segundo o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS), de 2002, a violência é uma das principais causas de morte em indivíduos de 15 a 44 anos em todo o mundo. (DAHLBERG; KRUG, 2007).

Autores como Freud e Arendt, consideram a violência como um problema social e histórico. Freud associa a violência à agressividade instintiva do ser humano. Já Arendt entende que a violência é “um meio que necessita de orientação e justificação dos fins que persegue”. (FREUD e ARENDT *apud* MINAYO; SOUZA, 1999).

Segundo Silva (2004, p. 57):

Existe uma expressão muito difundida e coletivamente aceita pelas populações urbanas para descrever cognitivamente e organizar o sentido subjetivo das práticas que envolvem o que legalmente se define como crime comum violento e suas vítimas atuais ou potenciais - violência urbana.

Ainda em relação a essa temática, Santos (2001, p. 107-108) ressalta:

Deparamo-nos com uma forma de sociabilidade, a violência, na qual se dá a afirmação de poderes legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social: a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo. Força, coerção e dano em relação ao outro, enquanto atos de excesso, presentes nas relações de poder – seja no nível macro, do Estado, seja no nível micro, entre os grupos sociais -, vem a configurar a violência social contemporânea. A violência seria a relação social de excesso de poder que impede o reconhecimento do outro – pessoa, classe, gênero ou raça – mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea.

Também na sociedade brasileira, observa-se a violência como um fenômeno histórico. Primeiro com a escravidão de índios e depois com a escravidão africana. O coronelismo e as oligarquias, também contribuíram para o aumento dos casos de violência registrados na história do país. (CAMARGO, 2010).

A severidade, a opressão, o uso da força física, da autoridade ou de influência para subjugar uma pessoa ou grupo, são consideradas manifestações de violência, uma atitude tomada por um elemento ou grupo social contra a vontade de outro elemento ou grupo social.

As causas estão muitas vezes associadas a problemas sociais como miséria, fome, desemprego, sendo o fenômeno da violência especialmente marcante em regiões e países onde se verifica acentuada desigualdade social e econômica, com atos de violência se alastrando e ocupando espaços antes considerados seguros e protegidos.

Segundo Camargo (2010), a urbanização acelerada é outro fator que colabora para aumentar a violência, pois traz pessoas das áreas rurais para as áreas urbanas, sem qualquer estrutura ou planejamento, contribuindo para um crescimento desordenado das cidades. O desejo frustrado de consumo, devido às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, característico do sistema capitalista, também contribui para o aumento da violência.

Citando Silva (2004, p. 77),

(...) embora a violência urbana seja uma característica geral da configuração social das cidades brasileiras que abrange, portanto, todo o seu território, é mais ou menos consensual que ela afeta mais direta e profundamente as áreas desfavorecidas (...)

Entretanto, não há um fator único que explique por que alguns indivíduos se comportam de forma violenta ou por que a violência é mais comum em algumas comunidades do que em outras, embora se tenha a consciência de que nem todos os tipos de criminalidade e atos violentos derivam das condições econômicas. (DAHLBERG; KRUG, 2007).

Os elementos característicos à violência seguramente encontram campo favorável nas classes sociais de menor renda, onde a pobreza se manifesta pela diminuição contínua à aquisição de bens materiais, cada vez mais atraentes.

Entretanto, não parece haver dúvidas de que a violência tem se manifestado em todas as classes sociais, não diferenciando ricos e pobres.

Partindo dessa premissa, a violência é também entendida como as praticadas por aquilo que Bordieu (2001) chama de "poder oculto", ou poder simbólico. De acordo com Bordieu, o poder simbólico é o poder invisível, que para ser exercido necessita da conivência dos que estão sujeitos a esse poder.

O fenômeno da violência torna-se cada vez mais visível na sociedade. Os noticiários a todo o momento dão mostras de como esse problema passou a fazer parte do cotidiano das pessoas. Por esse motivo, e por se tratar de um problema social, muito tem se estudado a respeito. Buscam-se as causas, as formas de se evitar e conter a crescente onda de violência.

A insegurança e a sensação de impunidade aumentam na medida em que o poder público se ausenta da responsabilidade e do controle da ordem social, sendo a ação do Estado necessária e indispensável.

Como fenômeno sociológico e parte das contradições sociais, a violência e seus desdobramentos podem ser explicados pelo permanente desenvolvimento da sociedade, como parte da realidade social. Entretanto, por se tratar de um fenômeno extremamente complexo, não permite análises superficiais.

A violência se caracteriza quando os atores sociais nela envolvidos assim a qualificam, ratificando assim um consenso social a respeito. Deve, portanto, ser compreendida como fruto de um determinado tempo (GASPARIN, LOPES, 2003, p. 297).

Nem sempre os atos violentos assumem proporções e consequências que possam atingir toda uma sociedade. Por vezes a violência se encerra no próprio ato.

Existem situações, porém, em que a violência atinge a sociedade como um todo, provocando a reação dos seus vários segmentos, podendo dar origem a reações também violentas.

Diariamente convive-se com diversas manifestações de violência, deixando cicatrizes profundas nas vítimas. Nesse sentido, é necessário compreender a violência e suas manifestações, concebida de várias formas na relação social. É possível conceituar a violência de várias formas.

A palavra “violência” por si só, provoca reações emocionais maiores do que o próprio sentido da palavra. Suscetível de muitos significados, o termo é associado à vasta experiência da sociedade que, historicamente, é repleta de fatos violentos. Assim, a força do sentido atribuído à palavra acaba se tornando maior que o seu significado, alimentando o imaginário das pessoas em seus desvarios destrutivos.

Segundo o doutor Angel Pino, em seu artigo “Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo” (2007), o conceito de violência também é associado com relativa frequência aos de crime e agressão, o que pode gerar graves equívocos, pois significam coisas distintas, e porque essa indistinção pode dissimular objetivos de outra natureza. Crime significa transgressão da lei (SILVEIRA BUENO, 2000) ou o não cumprimento da lei. É todo delito, violação de ordem moral, religiosa ou civil, previsto e punido pela lei penal. Enquanto transgressão, o crime não significa necessariamente violência física ou moral. Entretanto o crime pode vir associado a algum desses fatores. O conceito de agressão por sua vez, significa ferimento; pancada; acometimento; provocação; insulto; ofensa (SILVEIRA BUENO, 2000), interpretados como ameaça à própria sobrevivência. Aqui, entende-se que toda agressão é violência na medida em que usa a força.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em outubro de 1990, estabelece os 18 anos como limite da menoridade penal. Segundo este estatuto, crianças e adolescentes que praticam atos contrários à lei são “legalmente inimputáveis”, ou seja, embora exista configuração legal do ato, seus efeitos penais não se aplicam ao seu autor, sendo indicadas apenas medidas socioeducativas. (PINO, 2007).

De acordo com o Art. 2º do ECA, “considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Pode-se entender então que o significado de crimes do mesmo gênero pode ter diferente interpretação, em razão das circunstâncias em que ocorrem e de quem os comete.

Por fim, consideramos também a incivilidade. Aqui temos um caso em que não contradiz a lei, mas as regras da boa educação e convivência: grosserias, palavrões, desordens, dependendo principalmente de um trabalho educativo. Segundo Silveira Bueno (2000) “má-criação; indelicadeza”. Entretanto, esta distinção é frágil. Violências, transgressões e incivilidades estão, por vezes, intimamente misturadas nos comportamentos cotidianos. O acúmulo de incivilidades pode criar situações que merecem o nome de violência. (CHARLOT, 2002, p. 437).

A OMS caracteriza a violência como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”. (DAHLBERG; KRUG, 2007, p. 1165).

Assim, ameaças e intimidações, abusos de autoridade ou influência, somados ao uso da força física, ampliam o sentido da palavra violência.

A OMS inclui a omissão e a negligência como atos de violência, associando intencionalidade à realização do ato. Define violência na medida em que ela diz respeito à saúde ou ao bem-estar dos indivíduos. (DAHLBERG; KRUG, 2007).

A classificação da violência se dá conforme o modo e o local em que ela ocorre, podendo ser criminal, policial, estatal ou institucional. Pode ser física ou apenas psicológica, simbólica ou cultural, doméstica, urbana ou escolar, e pode ainda ser visível ou não.

De acordo com Souza (2008, p. 2):

Se as formas aparentes da violência são de fácil percepção, as formas psicológicas ocasionadas por ações, palavras e atitudes para envergonhar, censurar e pressionar de modo permanente, decorrentes de constantes agressões verbais com ameaças, humilhações, coerções, xingamentos, ou mesmo o abandono e desrespeito, nem sempre são percebidas e, muitas vezes, podem ser ainda mais graves.

Apesar da complexidade do termo e de sua difícil definição, há um ponto de consenso básico, o de que todo e qualquer ato de agressão – física, moral ou institucional – dirigido contra a integridade de um ou vários indivíduos ou grupos é considerado um ato de violência (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

Dahlberg e Krug (2007, p. 1165) consideram que um dos aspectos mais complexos da definição é a questão da intencionalidade. Dois pontos são importantes acerca disso, “primeiro, mesmo que se distinga a violência de atos não intencionais que produzem ferimentos, a intenção de usar força em determinado ato não significa necessariamente que houve intenção de causar dano”.

Aqui, observamos uma diferença muito grande entre comportamento intencional e consequência intencional: “o agressor pode cometer um ato intencional que, sob critério objetivo, pode ser considerado perigoso e, possivelmente, ter resultados adversos para a saúde, mas não percebê-lo assim”. (DAHLBERG; KRUG, 2007, p. 1165).

Em se tratando de violência, temos poucas tipologias existentes e nenhuma muito abrangente. A tipologia aqui demonstrada, proposta pela OMS, separa a violência em três grandes categorias, de acordo com as características daqueles que cometem o ato violento:

- a) violência autodirigida;
- b) violência interpessoal;
- c) violência coletiva.

Essas três categorias amplas são ainda subdivididas, a fim de melhor refletir os tipos mais específicos de violência.

- 1) *Violência autodirigida*: comportamento suicida e autoagressão.
- 2) *Violência interpessoal*: divide-se em duas subcategorias:
 - a) violência de família e de parceiros íntimos, principalmente entre membros familiares, e ocorre nas residências;
 - b) violência na comunidade: violência entre indivíduos sem relação pessoal, que se conhecem ou não.
- 3) *Violência coletiva*: subdividida em violência social, política e econômica. Aqui, as subcategorias da violência coletiva sugerem possíveis motivos para a violência cometida por grandes grupos ou por países.

A natureza dos atos violentos pode ser:

- 1) física;
- 2) sexual;
- 3) psicológica;
- 4) relacionada à privação ou ao abandono.

Esta forma de tipologia, proposta pela OMS, não é universalmente aceita e com certeza apresenta falhas e imperfeições. Entretanto se torna útil para a compreensão das várias formas de violência, que há muito fazem parte do cotidiano das sociedades em todo o mundo. Ao tipificar os atos violentos a partir da sua natureza, da relação que existe entre agressor e vítima, do local em que esses atos ocorrem e o que pode motivar a violência, torna-se possível um estudo sobre como contê-la ou até mesmo como evitá-la. (DAHLBERG; KRUG, 2007).

Todavia, por ser a violência um conjunto de fatores sociais e culturais, influenciada por questões individuais e ambientais, nem sempre a classificação traduz a ação. É preciso compreender de que maneira esses fatores estão ligados aos atos violentos.

O que vemos na sociedade hoje é a crescente banalização da violência. Muitos casos passam despercebidos pela maioria, acostumada à sua presença, ocorrendo, quando muito, manifestações de indignação passageira.

Muitas vezes a violência é entendida como uma forma de manutenção da ordem, passando a fazer parte do cotidiano das pessoas como algo “comum”, “normal” e na maioria

das vezes como algo necessário. O ser humano parece se sentir impotente diante de uma sociedade fragmentada, inseguro enquanto cidadão, frente a um Estado incapacitado para resolver tais problemas.

Embora a violência tenha estado sempre presente, cabe à sociedade combatê-la. A violência pode e deve ser evitada, e suas consequências, reduzidas. Os fatores responsáveis por reações violentas sejam estes derivados de atitudes e comportamentos ou de condições sociais, econômicas, políticas e culturais mais amplas, podem ser modificados (DAHLBERG; KRUG, 2007).

É possível prevenir a violência. Dentro desse conjunto, certamente está presente a violência escolar. Existem muitas questões que afetam os processos educativos e em especial a escola na sociedade contemporânea. Vamos a elas.

3 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

(...) é difícil falar sobre violência. Podemos nos questionar, sempre, se nossas falas não são fracas, inoperantes, insignificantes. Se, neste cenário de violência tão intensamente apresentada e representada, nossas falas não são inertes, medíocres, banais (SCHILLING, 2004, p. 31).

A questão da violência na escola não é recente, principalmente pelo fato de que a escola não é uma instituição alheia aos processos sociais. No século XIX, por exemplo, houve algumas explosões violentas em escolas de 2º grau, sancionadas com prisão. Além disso, as relações entre alunos eram frequentemente grosseiras nos estabelecimentos de ensino profissional dos anos 50 ou 60. Contudo, se a violência na escola não é um fenômeno radicalmente novo, ela assume formas novas. (CHARLOT, 2002).

Sabe-se que não se trata de um dado novo ou exclusivo do país, como revela a história nacional e internacional, rica em eventos violentos. Nas relações sociais pode-se considerar a origem da violência, ou seja, é a partir dessas relações reproduzidas no interior da escola que esse processo se constitui como determinante.

Hoje a violência nas escolas é um problema enfrentado pela maioria das instituições e tem se tornado um grande desafio às autoridades competentes. O problema atinge alunos, interferindo na aprendizagem e no desempenho escolar, e também os profissionais da educação, que precisam lidar diariamente com situações de conflito.

Assim, “a escola vive situações nas quais as transgressões, os atos agressivos e as ocorrências de diferentes níveis de gravidade tornam-se cada vez mais presentes”. (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p. 46).

De acordo com uma pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizada em 2001 (Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas), “os alunos se apresentam como principais autores dessa violência e, ao mesmo tempo, como principais vítimas, (...) “. (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p. 46).

Conforme Pino (2007), a violência pode ser considerada como um fenômeno ao mesmo tempo social e individual. Geneticamente não há nada que justifique a violência. Pino defende que agir de forma violenta é uma questão de livre arbítrio, de simples escolha, passível de educação. O meio físico e social, embora possam influenciar, não são considerados determinantes na ação do indivíduo diante da adversidade.

Assim, como reflexo da sociedade, a escola não está imune ao problema da violência, sendo atingida de várias formas e por várias razões. “A escola é, em certo sentido, uma

espécie de caixa de ressonância das turbulências sociais que ocorrem nos diferentes meios sociais de onde procedem seus integrantes”. (PINO, 2007, p. 781).

Na interpretação de Santos (2001, p. 107) “o reconhecimento da violência no espaço escolar como uma das novas questões sociais globais parece ser um caminho interpretativo fecundo desse fenômeno social caracterizado como um enclausuramento do gesto e da palavra”.

Os frequentes casos de violência nas escolas incomodam e assustam: “Os problemas disciplinares da escola e os conflitos do dia a dia já ultrapassaram, largamente, os corriqueiros atritos verbais e “briguinhas” de crianças”. (GASPARIN, LOPES, 2003, p. 298).

Pode-se afirmar que não há mais inocência na indisciplina escolar, há uma compreensão de que a indisciplina escolar se torna um processo cuja semelhança com a violência deve ser compreendida a partir das suas relações com o processo pedagógico e com o cotidiano da escola. Santos (2001, p. 114) afirma que o recurso à violência como forma de obter ganho material ou simbólico ou de resolução de conflitos, em disputas interpessoais, cada vez mais se manifesta no espaço escolar.

Deve-se compreender que violência escolar e indisciplina não são sinônimos, apesar de serem processos que em vários momentos e contextos escolares podem estar articulados e inter-relacionados.

É fato que a violência escolar é uma realidade concreta. Todavia, não é somente gerada e reproduzida no interior da escola, mas sim decorrente das práticas sociais que são constituídas na sociedade. Trata-se de um problema mundial, e há muitos estudiosos voltados à pesquisa e à discussão e compreensão deste tema (GASPARIN, LOPES, 2003).

Mas o fenômeno ganha proporção e notoriedade quando gerado no ambiente escolar, pois, entende-se que a escola deveria ser um espaço de construção da cidadania, de civilidade, portanto, contrário à violência.

Ao longo dos anos, desenvolveu-se uma literatura especializada que trata da violência nas escolas, partindo de diferentes pontos de vista. Podemos vislumbrar, além de um crescente número de publicações, ciclos de debates sobre o assunto. Algumas experiências internacionais podem nos dar lições acerca da violência na escola, assim como trazer sugestões a fim de visualizar iniciativas para reduzir tais fenômenos no espaço escolar. (SANTOS, 2001, p. 108).

Segundo o autor, o fenômeno da violência escolar é debatido na França desde 1981, pelo menos no âmbito da Federação da Educação Nacional (FEN), entidade que em 1994 organizou um colóquio sobre a “Violência e a missão Educativa” (SANTOS, 2001, p. 108).

Já nos Estados Unidos, a violência na escola é objeto de debates há três décadas: o Instituto Nacional de Educação afirmava, já em 1978, que a violência na escola era um problema nacional (SANTOS, 2001, p. 110).

No cenário nacional,

Os primeiros estudos brasileiros datam da década de 1970, quando pedagogos e pesquisadores procuravam explicações para o crescimento das taxas de violência e crime. Na década de 1980, enfatizavam-se ações contra o patrimônio, como as depredações e as pichações. Já na maior parte da década de 1990, o foco passa a ser as agressões interpessoais, principalmente entre alunos. (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p. 30).

Segundo essas autoras, na mesma medida em que a violência cresceu nos últimos anos, cresceu também a preocupação em relação ao fenômeno, passando-se a questionar a ideia de que “as origens do fenômeno não estão apenas do lado de fora da instituição – ainda que se dê ênfase, em especial, ao problema do narcotráfico, à exclusão social e às ações de gangues” (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p. 30).

Conforme o professor de ciências da educação, Charlot, a definição de violência escolar é um fenômeno heterogêneo que rompe a estrutura das representações básicas do valor social: a da infância (inocência) e a da escola (um refúgio pacífico), bem como a da própria sociedade (um elemento pacífico num regime democrático). (CHARLOT *apud* ABRAMOVAY e RUA, 2002).

Ainda segundo Charlot (*idem*, *ibidem*), “as violências praticadas no universo escolar devem ser hierarquizadas, de modo a serem compreendidas e explicadas. Essa hierarquia se baseia na natureza dos atos em questão”. (CHARLOT *apud* ABRAMOVAY e RUA, 2002).

Charlot amplia o conceito, classificando-o em três níveis: violência (que inclui golpes, ferimentos, roubos, crimes e vandalismo, e sexual), incivildades (humilhações, palavras grosseiras e falta de respeito) e violência simbólica ou institucional compreendida, entre outras coisas, como desprazer no ensino, por parte dos alunos, e negação da identidade e da satisfação profissional, por parte dos professores. (CHARLOT *apud* ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p. 30).

A expansão da violência para o ambiente escolar torna-se causa determinante de discussões que atingem não só as famílias, mas a sociedade como um todo. Considerando que não se trata de um problema intramuros, mas sim um problema social, inclui-se nessa discussão o poder público, como instituição responsável pela ordem social. Por isso a necessidade de se compreender os fatores de risco e possíveis causas da violência nas escolas, sem se restringir ao espaço escolar.

O autor Eric Debarbieux após dirigir uma grande pesquisa sobre a violência no meio escolar, identificou três tipos de violência na escola: a violência penal, dos crimes e delitos; as incivildades, tendo assim denominado os conflitos de civildades; e o sentimento de insegurança. Concluiu pela correlação entre exclusão social e violência escolar, pois a violência é determinada socialmente, mas também percebeu um aumento de atos violentos contra os professores e de violências cometidas por grupos de alunos. (DEBARBIEUX *apud* SANTOS, 2001, p. 109).

Para trabalhar a questão da violência é importante compreender o que há na própria natureza da violência. Educar para a não violência é, portanto, ajudar as novas gerações a encontrarem as razões suficientes para não optar pela violência que ameaça inviabilizar essas relações.

E a escola é o espaço destinado à sociabilidade, ao aprendizado de valores éticos, à formação do sujeito crítico e do entendimento pelo diálogo, à apropriação do conhecimento acumulado, constituído pelos conteúdos constantes no currículo escolar.

Pensar a violência escolar requer compreender qual o significado da escola para a sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que se considera a violência como um processo social, que compromete o desenvolvimento do trabalho pedagógico e a prática docente e discente.

Não importa o tipo ou a forma, qualquer ato de violência compromete as relações sociais dos indivíduos que a sofrem e, particularmente, o desenvolvimento psicológico e emocional de crianças e adolescentes. Ambientes que deveriam ser sinônimo de segurança, protegidos das mazelas da sociedade, sofrem com a vulnerabilidade e com a ameaça iminente da violência.

Em nossa sociedade a escola ainda é vista como possibilidade de mudança, uma forma de ascensão social acessível à maioria da população.

Apesar das dificuldades em algumas relações estabelecidas entre os vários atores sociais envolvidos, a escola surge como espaço de socialização para os jovens. É o lugar onde ocorrem aprendizagens significativas, já que o modo de vida dos sujeitos em interação no cenário escolar propicia trocas materiais e simbólicas. (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p. 38).

Entretanto, a ideia de “lugar protegido” não traduz mais a realidade da maioria das escolas. Situações antes registradas somente no seu entorno, roubos, danos ao patrimônio, agressões físicas, excederam os limites das escolas que agora precisam se proteger com muros e grades.

Segundo Eric Debarbieux, a escola está mais vulnerável a fatores e problemas externos, como o desemprego e a precariedade da vida das famílias nos bairros pobres. No livro *La Violence à l'École: Approches Européennes* ele menciona ainda o impacto da massificação do acesso à escola, que passa a receber jovens afetados por experiências de exclusão e de participação em gangues. Esses fatores externos de vulnerabilidade se somam àqueles decorrentes do aumento das condutas inadequadas ou não usuais na escola. (DEBARBIEUX *apud* ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p. 31).

Em relação ao sistema educacional brasileiro, há um consenso de que a educação é fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais existentes no país. Nosso sistema público de ensino ainda é insatisfatório em termos de qualidade, não sendo suficiente para atender às necessidades da população. De acordo com Chrispino e Chrispino (2002, p. 11) “a massificação ampliou o número de alunos e trouxe um aluno de perfil diferente daquele com o qual a escola está preparada para lidar. Isso acarretou uma desestabilização da ordem interna histórica”.

Com a rápida democratização da escolaridade e a conseqüente inclusão dos jovens de classes sociais mais populares ao ensino, aumentou o anseio por trabalhos que proporcionam maior prestígio social, e a decepção quando enfrentam a realidade dos trabalhos aos quais tem acesso, sem muita relevância social, com baixos salários, muito aquém das suas necessidades de consumo. Mesmo com a facilidade de ingresso na escola, a conclusão dos estudos não é uma realidade para a maioria, nem garantia de sucesso no mercado de trabalho. (AQUINO, 1996).

Embora os índices de analfabetismo tenham caído, os números são ainda insatisfatórios. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 9% (cerca de 14,6 milhões) de analfabetos. (IBGE, 2010).

Santos (2001) salienta que “os jovens no Brasil atual representam uma geração vitimizada, sem esperanças em relação às promessas de futuro”. (SANTOS, 2001, p. 112).

O desempenho escolar, a frequência nas aulas e a continuidade nos estudos têm relação direta com os índices de violência registrados nas instituições. A pesquisa realizada pela UNESCO em 2001 aponta como conseqüências da violência mais citadas pelos alunos, perda de concentração nos estudos, revolta com as situações de violência que enfrentam e perda da vontade de ir à escola, por temer agressões, roubos e humilhações. (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p.47).

A criança que sofre algum tipo de violência não tem um bom desempenho em suas atividades escolares e sociais. Esses danos comprometem a qualidade das aulas e o desempenho acadêmico dos alunos. (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

Neste sentido, Scheerens e Bosker (1997) confirmam o fato de as escolas produzirem resultados menos satisfatórios quando os professores e outros membros da equipe técnica fazem uso de violência simbólica e de violência física contra alunos e colegas, gerando assim um círculo vicioso e uma cultura de fracasso e abandono da escola. Os objetivos da educação escolar, o ensino-aprendizagem, são afetados pelos vários tipos de violência que se apresentam no interior das escolas. A falta de motivação, a insatisfação e a ausência de expectativas dos indivíduos envolvidos, têm efeitos negativos no processo educacional, levando ao fracasso de seus propósitos.

Nesse contexto, Santos (2001, p. 116) reafirma, “todas as tentativas de ação contra a violência, a discussão enfoca os efeitos da violência em relação às dificuldades que ela provoca no andamento pedagógico da instituição escolar”.

Quanto mais frequente for a violência, mais esforço tem que ser colocado em seu combate e menos tempo os professores têm para se concentrar em suas atividades didáticas.

Além disso, um ambiente escolar dominado pela insegurança tem influência não só no desempenho dos alunos, mas também no desempenho profissional de professores, funcionários e equipe pedagógica. Isso influi na percepção que os alunos têm do espaço físico da escola, afetando a ideia que eles fazem da administração escolar e também dos próprios colegas, prejudica as relações entre as pessoas que compõem a escola, o que contribui para produzir o que se poderia chamar de uma angústia social face à violência escolar. (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003).

A autoridade da escola, bem como de seu principal representante, o professor, parece não ser mais suficiente para resolver tais problemas e restaurar a ordem necessária ao desenvolvimento pedagógico. Mas que “ordem”, modelo ou ética seriam necessários hoje? (GASPARIN, LOPES, 2003, p.298).

Enquanto fenômeno social, que se reflete no ambiente escolar, a violência nas escolas não pode ser associada à perda de autoridade docente. Não se deve justificar a violência escolar, ou determinar como causalidade, a falta de autoridade do professor, nem indicar seu uso como forma eficaz de enfrentamento à violência. A violência escolar é sistêmica e complexa no que se refere aos seus desdobramentos, devendo ser analisada objetivamente de modo a não incorrer ao senso comum. (CHRISPINO; CHRISPINO, 2002).

Tal situação de angústia social leva a discursos midiáticos que têm a tendência de amalgamar fenômenos de natureza muito diferente.

Segundo Charlot (2002), é preciso, inicialmente, distinguir a violência *na* escola, a violência *à* escola e a violência *da* escola.

A violência na escola se produz dentro do espaço escolar, intramuros, não tendo relação com as atividades escolares propriamente ditas, podendo, portanto acontecer em qualquer outro ambiente.

Quando a violência tem como alvo a instituição e todos que a representam, professores, funcionários e alunos, estamos nos referindo a violência à escola. Aqui, inclui-se a depredação dos prédios e atos de vandalismo.

Este autor considera também a violência da escola, uma violência institucional, simbólica, que os alunos enfrentam pela maneira como a escola e seus representantes os tratam.

Em muitas situações, a escola perde sua identidade, não mais caracterizada como espaço do saber sistematizado.

Essa relação conflituosa prejudica o desempenho escolar, interfere no cotidiano da escola e na legitimação da sua função.

Diante do quadro preocupante de violência no âmbito escolar, se faz necessário discutir e promover algumas possíveis soluções para minimizar este conflito, mesmo que essa frequente violência faça parte de uma sociedade que, constantemente, se transforma juntamente com os conflitos gerados por ela.

Partindo do princípio colocado por Viana (2002) de que entender a violência exige conhecimento de suas causas, torna-se imprescindível, no campo da educação, fazer o levantamento da situação atual de forma a contribuir com o corpo gestor escolar, em particular, e com a sociedade em geral, na verificação dos problemas relacionados com a violência e na viabilidade de possíveis soluções.

Quanto maior a ocorrência de atos de violência em uma escola, maior o estado de tensão e insegurança. Alguns fatores que levam a esse estado de tensão e insegurança, extramuros, referem-se ao bairro em que a instituição está inserida e à comunidade do entorno. Bairros vulneráveis à violência aumentam a probabilidade de que a escola seja atingida por essa violência.

Entretanto, quando se analisam instituições onde a violência diminuiu, encontra-se um quadro de profissionais que souberam diminuir o nível de tensão e a sensação de insegurança.

O texto abaixo comprova essa teoria.

Por que uma escola se torna violenta?

Há escolas que apresentam violências permanentes e outras apenas ocasionais. Algumas, ainda, são historicamente mais violentas do que outras. Curiosamente, há também aquelas que são seguras, apesar de estarem localizadas em regiões extremamente perigosas. É o caso de uma escola pública na periferia do Rio de Janeiro, considerada privilegiada entre as demais. A justificativa dada por professores e alunos é ser ela uma instituição escolar com as dependências sempre conservadas como novas e um corpo de professores unidos em prol do ensino. Os alunos têm ambiente de amizade e respeito. Por isso, ajudam na conservação do colégio, e a segurança é de ótima qualidade. A escola conta com um grêmio organizado, e cada turma possui um representante e um suplente, além de um professor conciliador da turma que representa o colégio na reunião de pais. Esses, por sinal, têm participação frequente nas atividades escolares. A direção tem discurso democrático enfatizando o diálogo como forma de interação do aluno. Os professores também manifestam esse sentimento incorporando seus próprios filhos na comunidade escolar. Outro exemplo é uma escola na periferia de Cuiabá, com vizinhança considerada perigosa, mas relativamente segura. Os alunos que a frequentam são moradores do bairro, assim como a direção da escola. Os alunos percebem que o colégio é um espaço de socialização onde as relações de afetividade são construídas e vividas entre professores e alunos, direção coordenação. A direção garante controle rígido de entrada de pessoas estranhas no estabelecimento. Há, também, momentos em que o estabelecimento de vínculos com a comunidade traz implicações, como a necessidade de lidar com os traficantes de drogas e as gangues. A diretora de uma escola da periferia do Rio de Janeiro recorre à política da boa vizinhança com os traficantes, incluindo-se aí vários ex-alunos da escola. Os alunos afirmam que, apesar da rigidez em relação às regras de disciplina, os jovens se referem à direção com apreço. Sobre a mudança de tipologia da escola de mais violenta para menos violenta, considera-se a atuação do diretor. Há o exemplo de uma escola do município de São Paulo, localizada em um bairro operário. Segundo o diretor chamado para trabalhar na escola considerada o circo dos horrores, acabou permanecendo e mudando a sua imagem. Relatavam os alunos que a direção anterior não permanecia na escola, portanto não acompanhava o desenvolvimento dos alunos, muito menos cuidava do aspecto físico do estabelecimento. O diretor conta que seu principal segredo foi trabalhar em equipe com a mesma filosofia, respeitando as regras estabelecidas pela escola, bem como valorizando os alunos, resgatando a autoestima por meio do estímulo ao diálogo. Incluiu na sua prática a conservação da estrutura física, fez-se mais presente, combinando respeito e liberdade. Hoje, essa escola é uma das mais procuradas do bairro e tida como modelo. Afirmar que as violências nas escolas representam um estado e não uma característica de uma ou de outra, ou do sistema escolar, significa assumir que essa condição muda de acordo com os processos pelos quais cada estabelecimento de ensino passa, em especial as mudanças na

administração e das relações com diretores e professores. Os dados apontam que alterações feitas pela administração produziram mudanças no perfil da escola em relação à violência: o estreitamento da tolerância em relação às regras; a democratização do ambiente escolar; e a melhoria e conservação da estrutura física. (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p. 52-53).

Ao Estado cabe fornecer condições para que a escola possa assumir sua missão legal e constitucional de promover, junto aos educandos, “o pleno desenvolvimento da pessoa” e “seu preparo para o exercício da cidadania” (art. 205, *caput* da Constituição Federal *verbis/omissis*).

Tanto o ECA quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9.394/96 indicam envolvimento dos alunos, de suas famílias e da comunidade, como forma de enfrentamento à violência nas escolas. Propõem uma integração da comunidade com a escola, com participação efetiva no debate de assuntos relacionados ao seu cotidiano.

A Constituição Federal (CF), em seu art. 227, *caput*, estabelece a necessidade da integração entre família, sociedade e Estado no processo de educação, na proteção da criança e do adolescente, deixando-os “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (Art. 227, CF).

O espaço social da violência escolar expressa as crescentes fraturas nas instituições socializadoras, tais como a família e a escola, e um estímulo a condutas desviantes ou ao trabalho na criminalidade, em particular, no tráfico de drogas, o que se reflete ou atinge o universo escolar. (SANTOS, 2001, p. 112).

As políticas devem refletir sobre a formação de professores, capacitando-os para lidar com os problemas hoje existentes no ambiente escolar.

Segundo Souza (2008, p. 133):

Identificar e analisar os comportamentos agressivos dos alunos, e promover trabalhos de maneira lúdica, inovadora e coletiva, conscientizando-os a respeitar e cooperar com o outro, estimulando as participações e interações em favor da coletividade, são algumas das ações, que um professor bem preparado, pode projetar e executar com sucesso.

Considerando que a escola não se constitui apenas de professores e alunos, envolver a comunidade no cotidiano escolar por meio de atividades extracurriculares, com projetos de incentivo ao esporte, cultura e lazer, torna-se um elemento fundamental na promoção da cidadania. O envolvimento da comunidade torna-se necessário a partir do momento que o fenômeno da violência dentro da escola não só reflete um problema social, como suas

consequências afetam direta e indiretamente as relações sociais como um todo. Nesse sentido, cabe também às famílias a consciência da importância do seu papel neste contexto, podendo contribuir na prevenção de problemas, identificando comportamentos que podem culminar em atos de extrema violência. (SOUZA, 2008).

Toda equipe escolar deve apostar no diálogo, como ferramenta importante no combate à violência. Discutir os assuntos conflitantes existentes no interior da escola é tão importante quanto discutir o planejamento das aulas, e programas escolares, promover a troca de experiências vivenciadas por aqueles envolvidos no processo de formação do indivíduo, significa a valorização do trabalho em equipe, em oposição às formas fragmentadas de resolução que, muitas vezes, não produzem efeitos positivos. (SOUZA, 2008, p. 133).

Assim, faz-se necessário “investir nas relações interpessoais, na educação e na pessoa do professor como educador”, como estratégia para alcançar o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p. 37).

Essas ações colaboram para entender que a prevenção à violência, exige pensar no indivíduo como um todo: de forma emocional, psicológica, social e física.

Reconhecer a conflitualidade e a agressividade, como elementos dinâmicos do espaço escolar, significa propor intervenções sobre os atos de violência, as quais podem se dar pela satisfação de necessidades das crianças e jovens, criando um ambiente cooperativo e humanista, induzindo relacionamentos positivos e duradouros (SANTOS, 2001, p. 111).

Conforme Pino (2007, p. 772) “Se a educação não é a solução para acabar com a violência, sem a educação a violência não tem solução, nem a curto nem em longo prazo”.

4 VIOLÊNCIA E FOBIA ESCOLAR

Um dos efeitos do medo é perturbar os sentidos e fazer com que as coisas não pareçam o que são.

Miguel de Cervantes

A violência faz parte do dia a dia das pessoas, independentemente da classe social em que se encontram, sendo aquela que atinge a integridade física das pessoas ou suas propriedades a que mais se destaca na mídia. As formas de violência não explícitas são muitas vezes esquecidas, ou não se dá a elas a devida relevância.

O tema violência e todas as suas variáveis têm sido tratados de forma minimalista, reduzido a conceitos simples e estanques. Tentar simplificar ou ignorar um problema tão complexo como este acaba gerando ainda mais violência, pois a busca por resolução, desconsiderando o seu caráter histórico e social, torna-se deficiente. A forma como os meios de comunicação abordam o problema da violência também contribuem para o aumento do clima de medo e insegurança da população, que procura se defender de uma iminente ação violenta.

O medo é uma emoção natural do ser humano, pois atua como um aliado, protegendo e funcionando como um sinalizador para precaução contra perigos reais.

Segundo Dalgalarrodo (2006, p. 109),

O medo não é uma emoção patológica, mas algo universal dos animais superiores e do homem. O medo é um estado de progressiva insegurança e angústia, de impotência e invalidez crescentes, ante a impressão iminente de que sucederá algo que queríamos evitar e que progressivamente nos consideramos menos capazes de fazer.

Um sentimento tão inerente ao ser humano, o medo pode ser definido como uma sensação resultante da consciência de perigo ou de ameaça, reais, incertos ou imaginários.

Para lidar com a experiência do medo, superá-la, precisamos saber o que é o medo e quais são as funções que ele desempenha na nossa vida. O medo é uma das sensações elementares da vida, como o prazer, a alegria, a tristeza, a fome, a sede etc. Classificando essas sensações nas categorias “agradável” e “desagradável”, podemos considerar o medo como pertencente à categoria “desagradável” (WESIACK, 1999, p. 47).

Quando o medo ou a aversão são exagerados, é chamado de fobia, um ataque de pânico sempre associado às situações específicas. O termo fobia tem sua origem do grego *phobia*, que significa medo intenso, aversão.

Ainda segundo Dalgarrondo (2006, p. 109), com relação à fobia,

São medos determinados psicopatologicamente, desproporcionais e incompatíveis com as possibilidades de perigo real oferecidas pelos desencadeantes, chamados de objetos ou situações fóbigenas. Assim o indivíduo tem um medo terrível e desproporcional de entrar em um elevador, ou de gatos, ou de contato com pessoas desconhecidas. No indivíduo fóbico o contato com os objetos ou situações fóbigenas desencadeia, muito frequentemente uma intensa crise de ansiedade.

Há vários tipos de fobia, cada qual recorrente de um determinado objeto ou circunstância, que leva o indivíduo fóbico a uma reação extrema de ansiedade, acompanhada de sintomas fisiológicos como “aceleração dos batimentos cardíacos e da respiração, sudorese, secura na boca, tensão muscular e tremores. Estas reações são respostas adaptativas normais”. (Portal Brasil Medicina¹)

Como citado por Dalgarrondo (2006, p. 110),

[...] A fobia simples é o medo intenso e desproporcional de determinados objetos, em geral pequenos animais (barata, sapo, cachorro, etc.) A fobia social é o medo de contato e interação social, principalmente com pessoas pouco familiares ao indivíduo e em situações nas quais o paciente possa se sentir examinado ou criticado por tais pessoas (proferir aulas ou conferências, ir a festas, encontros, etc.) A agorafobia é o medo de espaços amplos e de aglomerações, como estádios, cinemas, supermercados. Inclui-se na agorafobia o medo de ficar retido em congestionamentos. A claustrofobia é o medo de entrar (e ficar preso) em espaços fechados, como elevadores, salas pequenas, túneis, etc. [...] Pânico é uma reação de medo intenso, de pavor, relacionada geralmente ao perigo imaginário de morte iminente, descontrole ou desintegração, [...] são crises agudas e intensas de ansiedade, acompanhadas por medo intenso de morrer ou perder o controle e de acentuada descarga autonômica (taquicardia, sudorese etc.).

Existem várias explicações sobre as causas das fobias. De acordo com dados extraídos do Portal Brasil Medicina “até meados do século XX, afirmava-se que a natureza

¹ O Portal Brasil Medicina foi elaborado nas normas da resolução do Conselho Regional de Medicina e Conselho Federal de Medicina (97/01) que institui o manual de princípios éticos para os sites de Saúde e Medicina na Internet. A credibilidade da informação e os serviços prestados através desse site estão em averiguação constante, tanto pela equipe de tecnologia que estabelece os padrões de navegação seguros e privativos, tanto pela equipe de planejamento que integra médicos e profissionais da área de relações públicas. Disponível em: <<http://www.brasilmedicina.com.br>>. Acesso em: 26/09/2013.

deste transtorno seria puramente psicológica (traumas, estresse). Atualmente, sabe-se que fatores ambientais, biológicos, emocionais e cognitivos influenciam na origem das fobias”.

A fobia é um dos transtornos de ansiedade mais frequentes no ser humano e um dos distúrbios psicológicos mais estudados. De acordo com Gazzaniga e Heatherton (2005, p. 509), as fobias chamadas específicas afetam cerca de 10% da população.

Segundo informações do Ambulatório de Ansiedade do Hospital das Clínicas, de São Paulo, e Universidade Federal de São Paulo, publicadas em artigo pela Revista Veja (2001), o medo patológico afeta 18% dos moradores de Brasília, 11% de São Paulo e 9% de Porto Alegre, sendo que esse distúrbio atinge duas vezes mais mulheres que homens.

Em se tratando da profissão docente, a formação acadêmica prepara profissionais para atuarem em escolas ideais, esquecendo que esses profissionais terão que lidar com situações reais, que não fazem parte do currículo acadêmico, como a desigualdade, conflitos familiares, vandalismo e delinquência.

Por essa razão, quando confrontados com situações atípicas em relação ao ideário pedagógico, muitos professores preferem transferir-se para escolas supostamente mais seguras, aumentando a rotatividade docente nas escolas onde há maiores índices de violência, ou em muitos casos, acabam abandonando a profissão. (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

O aumento da violência e a sensação de insegurança e impunidade, comuns nos dias atuais, estão levando muitos professores a sofrerem de fobias. Segundo Lima (2003) em seu artigo ‘Fobia escolar gera aposentadoria precoce’, “quanto mais violenta se torna à vida urbana, mais cresce a taxa de doentes psíquicos de fobia, de síndrome do pânico, ou mesmo de psicose paranoica”. (LIMA, 2003).

A violência que chega até as escolas, intramuros ou ao seu redor, de forma implícita ou explícita, põe em risco a integridade física e psicológica de todos que nela estão e tem se tornado fator predominante na reorganização dos espaços escolares, chegando a integrar seu currículo. Assim, um distúrbio psicológico antes diagnosticado apenas em crianças, passa a ser observado também entre os professores, a fobia escolar.

Muitas vezes a fobia escolar é confundida com depressão, sendo identificada também como “síndrome do pânico”. (LIMA, 2003).

Podemos dizer que o medo é uma reação natural ao perigo, enquanto defesa psíquica de sobrevivência. Entretanto, quando o medo passa a provocar reações de angústia e pavor excessivos, passa a ser tratado como fobia.

A fobia escolar vai além do medo da escola, mas um sentimento de angústia profundo com relação ao que nela existe ou como se algo ruim estivesse prestes a acontecer no espaço

escolar. Por se tratar de um problema de fundo inconsciente a pessoa que sofre de fobia não sabe identificar onde está o perigo, tampouco sabe como evitar a ideia causadora de angústia. (LIMA, 2003).

Ainda de acordo com Lima (2003), a falta de informação e de preparo dos profissionais da área da educação e até mesmo da área da saúde acerca das doenças psíquicas, como é o caso da fobia escolar, torna-se mais um problema para quem sofre da doença.

Um professor que sofre de fobia escolar verá ampliado seu nível de ansiedade toda vez que tiver que ir até a escola e inconscientemente criará determinados tipos de resistência ao seu local de trabalho e ao exercício de suas funções. Quando se vê obrigado a conviver com tal situação apresenta claramente uma baixa produtividade, que pode atrapalhar o rendimento dos alunos ou mesmo a sua carreira docente. (LIMA, 2003).

Mas o que pode levar um educador, após anos de estudo e em muitos casos com anos de experiência na profissão, a desenvolver fobia escolar?

Para compreender a violência nas escolas faz-se necessário considerar algumas características do espaço escolar e de seus agentes na atualidade. A enorme diversidade cultural existente e a maneira de lidar com essa diversidade podem se tornar uma fonte geradora de violência, conforme Silva (2003, p. 62),

A diversidade cultural existe entre os alunos e entre estes e os educadores, longe de ser aproveitada como riqueza, torna-se ocasião de choque cultural e de gerações, produzindo dificuldades de comunicação e impossibilitando a criação de vínculos construtivos e co-responsáveis.

Alunos ignoram a autoridade do professor, não há senso de hierarquia e os educadores se veem impotentes diante de alunos indisciplinados, dispostos a desafiar regras e impor suas próprias.

A falta de perspectivas ao entrar na escola, principalmente de alunos provenientes das periferias, de baixa renda e cujas famílias, em sua maioria, apresentam pouca escolaridade, levam os jovens à frustração com relação ao futuro e esse sentimento de não pertencimento ao espaço escolar se reflete na relação professor x aluno e conseqüentemente no processo de aprendizagem.

Quando vista como via de acesso ao exercício da cidadania, a escola, a educação e o processo de ensino-aprendizagem funcionam como uma espécie de salvo-conduto moral, um passaporte para a entrada na sociedade moderna, em que o estudo é cada vez mais um requisito para o acesso às oportunidades de trabalho. Porém, é nesse ponto de interseção entre o estudo e o trabalho que se situa um dos mais graves problemas da exclusão social, no qual o ensino de boa qualidade abre as oportunidades e o de má qualidade, ao contrário, acentua a exclusão. As classes menos favorecidas economicamente vivenciam essa situação como fenômeno

cultural, social e institucional. Nem sempre o acesso à escola garante trabalho e melhores salários. Quando estudantes verificam essa realidade, assim como quando se dão conta da baixa remuneração dos professores, perdem o interesse pelos estudos. (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p. 38).

A figura 1 apresenta uma reportagem extraída da Revista Veja (2005), onde é possível verificar como se sentem aqueles que enfrentam ou já enfrentaram situações de violência durante o exercício da sua função, e de que forma isso se reflete na prática pedagógica e até mesmo no futuro profissional de cada um deles.

Figura 1 – Com medo dos alunos

REVISTA VEJA
Edição 1904 . 11 de maio de 2005



NESTA EDIÇÃO

- Índice
- Brasil
- Internacional
- Geral
- Economia e Negócios
- Guia
- Artes e Espectáculos

COLUMNAS

- Claudio de Moura Castro
- Millôr
- Diogo Mainardi
- Tales Alvarenga
- André Petry
- Roberto Pompeu de Toledo

SEÇÕES

- Carta ao leitor
- Entrevista
- Cartas
- Radar
- Holofote
- Contexto
- Veja essa
- Auto-retrato
- Gente
- Datas
- VEJA Recomenda
- Os livros mais vendidos

Educação

Com medo dos alunos

Provocado pela indisciplina na sala de aula, um distúrbio psicológico se alastra entre os professores: a fobia escolar

Ruth Costas



Paulo Grandella

"Muitos pais acreditam em tudo o que as crianças dizem e vêm procurar os orientadores para tirar satisfação. Isso é ruim porque, ao menor sinal de deslize, os alunos fazem o que querem. Por isso temos de ser duros. Sem respeito com os professores, é impossível qualquer aprendizagem e a escola perde o sentido."

Neide Maria Negrini, 49 anos, professora de português na Escola Pueri Domus, em São Paulo

Há um problema novo nas escolas brasileiras: a indisciplina nas salas de aula assumiu tais proporções que muitos professores estão com medo dos alunos. Não se trata da violência que, nos bairros pobres, ultrapassa os muros escolares e ameaça fisicamente os educadores, mas sim de um fenômeno de subversão do senso de hierarquia que ocorre em grandes redes de ensino privadas e também está presente em colégios tradicionais. Uma explicação parcial para essa mudança de comportamento é a seguinte: os alunos ignoram a autoridade do professor porque o vêem como uma espécie de empregado ou prestador de serviços, pago por seus pais. Uma das queixas mais comuns dos professores diz respeito ao sentimento de impotência diante de alunos indisciplinados. Certas escolas agem como se a lógica do comércio – aquela que diz que o freguês sempre tem razão – também valesse dentro da classe. "Os professores estão sofrendo de fobia escolar, antes um distúrbio psicológico exclusivo das crianças", diz o psicanalista Raymundo de Lima, professor do departamento de fundamentos da educação da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná.

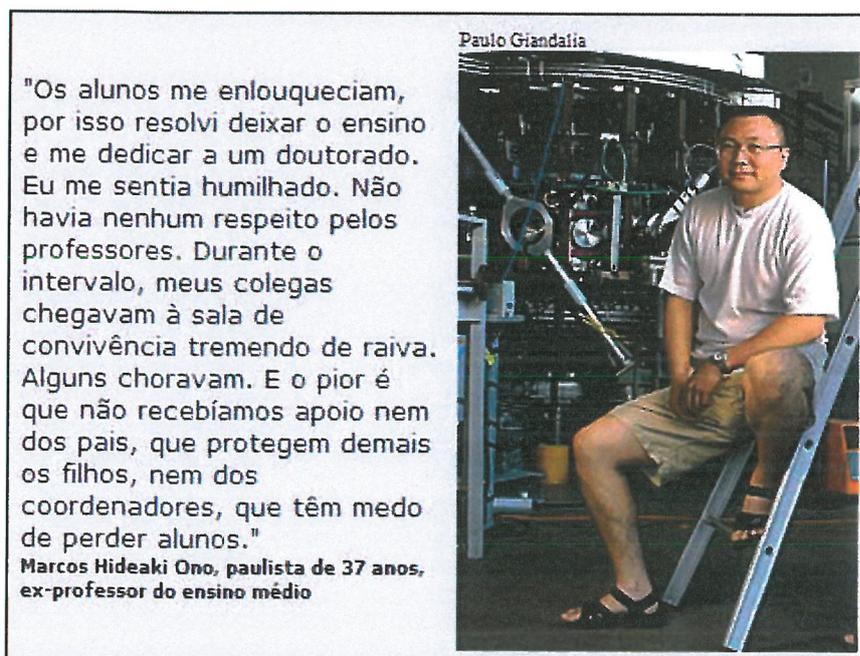
Fonte: Revista Veja, 2005.

De acordo com a matéria acima, dados indicam um aumento na quantidade de professores com problemas psicológicos, como ansiedade, pânico, depressão, fobia etc. O grande agravante a isso tudo é a falta de respeito dos alunos pelos professores. Os docentes se

sentem impotentes e sem autoridade para ministrar suas aulas. Muitos alunos enxergam os professores como prestadores de serviços e empregados e não como profissionais que estão ali para ensinarem algo pra vida.

Relatos como o do professor abaixo, também extraído da Revista Veja, reforçam os problemas dos professores em sala de aula.

Figura 2 – Depoimento de um ex-professor do Ensino Médio



Fonte: Revista Veja, 2005.

Como lidar com situações como essa? O que fazer quando o exercício da função se torna algo tão estressante e impraticável a ponto de um profissional abandonar seu ofício de educador?

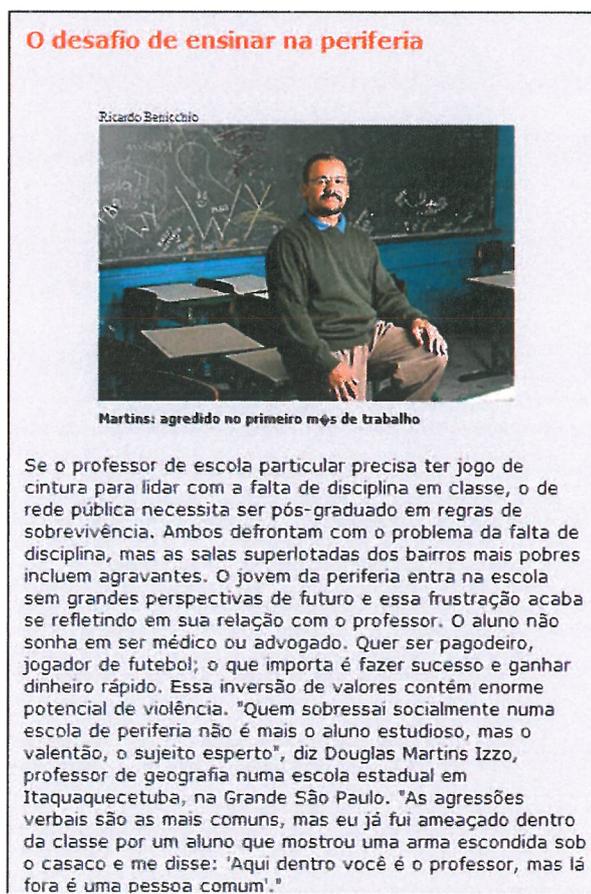
Debarbieux (1997) afirma “nossa hipótese de base é que o crescimento atual do sentimento de insegurança no meio escolar está ligado a uma mutação global da relação com a criança e os jovens e a uma crise do sentido do ofício do educador”. (DEBARBIEUX *apud* SANTOS, 2001, p. 108).

Esse cenário de violência e insegurança exige da escola e de seus agentes um posicionamento com relação a esses desafios que certamente se opõem a educação. Abordar o tema violência com o coletivo da escola não significa esclarecer ou justificar o fenômeno. Mas buscar subsídios para o enfrentamento e superação de situações concretas de violência.

Outra situação conflitante é a dos professores que atuam em regiões de periferia e de baixa renda. A desigualdade social e a política econômica que sustenta nossa sociedade condicionam a diversos tipos de comportamentos violentos.

Conforme consta na Figura 3, os professores encaram seu ofício como um desafio.

Figura 3 - O desafio de ensinar na periferia



Fonte: Revista Veja, 2005.

De acordo com uma pesquisa da UNESCO de 2002, mais da metade dos professores da rede pública de ensino do Brasil já foi agredida por alunos dentro ou nos arredores da escola. Ainda segundo essa pesquisa, o crescimento dos grupos e gangues, e também o tráfico de drogas e o colapso da estrutura familiar são fatores que estão associados a atos violentos. (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

É notório que há tempos as situações de conflitos na escola deixaram de ser apenas problemas de indisciplina e má-criação, ultrapassando os corriqueiros atritos verbais e “briguinhas” de crianças, como afirmam Gasparin e Lopes (2003, p. 298).

Segundo Abramovay, vice-coordenadora do Observatório de Violências nas Escolas, da Universidade Católica de Brasília, e coordenadora da pesquisa da UNESCO, em artigo da Revista Veja (2005), “nas áreas urbanas mais pobres, as crianças vivem em um ambiente de violência em casa e no bairro, o que acaba se refletindo dentro da escola”.

Esse sentimento de revolta faz da escola um alvo fácil, pois a fragilidade familiar e o ambiente em que se vive repercutem no desapego e na falta de esperança de que isso poderá um dia mudar.

Os jovens vivem hoje a desesperança em relação às promessas de futuro que, antigamente, estavam contidas na proposta da escola: este é o contexto social de emergência da violência escolar. Reencontramos a escola como ponto de explosão da crise econômica, social, política e cultural, e como lugar de expressão do ressentimento social. (SANTOS, 2001, p. 114).

Debarbieux (1998) associa a incivilidade com a desorganização da ordem, ressalta a desordem da instituição escolar, suas adversidades e o insucesso em cumprir sua função de inserção social, uma vez que a escolaridade não é garantia de colocação no mercado de trabalho. Segundo o autor “incivilização poderia não ser a única forma básica dos relatórios de classe que exprimem um amor desiludido para uma escola que não pode ter as promessas igualitárias de inserção”. (DEBARBIEUX, 1998, p. 404).

Diante do exposto, fica claro que os professores estão vivenciando momentos de muito estresse. Na reportagem abaixo vemos que o problema da violência atinge as escolas da rede pública do nosso Estado na mesma proporção em que ocorre no cenário nacional. Isso requer muito cuidado e atenção por parte de todos os envolvidos na educação e principalmente por parte das autoridades.

Figura 4 – Explosão de violência nas escolas públicas assusta

Explosão de violência nas escolas públicas assusta

Eduardo Santana

Arquivo/Seed



Medo e tensão. Esse é o clima vivido por alunos e professores das escolas públicas de Curitiba e região metropolitana, que sofrem diariamente com casos de violência. A cada dois dias, a Delegacia do Adolescente da capital registra um boletim de ocorrência relativo a atos violentos dentro de escolas. "Há todos os tipos de casos, desde a agressão física entre os alunos e até contra professores e funcionários dos colégios, passando por depredação e até ameaças e agressões verbais", explica a delegada titular da especializada, Nilceia Ferraro da Silva. "É um número preocupante, pois têm crescido muito nos últimos anos", ressalta.

Essa realidade é confirmada por uma professora do ensino médio e fundamental que leciona no Colégio Estadual Milton Carneiro, no Alto Boqueirão. A educadora, que preferiu não se identificar temendo represálias por parte dos próprios alunos, afirma que trabalha sob forte tensão. "Há pouco mais de duas semanas eu levei um chute de uma aluna porque chamei a atenção devido a uma situação de indisciplina. Sem mais nem menos ela veio e me deu um chute. E isso é só parte do que nós, professores, sofremos no dia a dia do colégio", desabafa.

Agressões

Ela conta que são constantes as ameaças de estudantes a professores e funcionários. Além disso, até os pais dos alunos acabam gerando situações de violência no ambiente escolar. "Há muitos casos de pais que tentam nos agredir, nos ameaçam de morte e falam que vão nos pegar fora da escola. Durante reuniões, quando tentamos explicar os problemas que seus filhos estão gerando no colégio, tem pai e mãe que nos xingam e não há conversa. Para eles, a culpa é nossa por seus filhos estarem mal na escola e com comportamento de marginal", explica.

Fonte: <http://www.parana-online.com.br/>

Felipe Rosa



A professora relata que há colegas que já apresentam sinais de síndrome do pânico devido ao clima tenso. "É um drama, pois nunca sabemos o que vai acontecer. A gente, como professor, se impõe e tenta fazer nosso trabalho, mas há muita ameaça. Tem uma professora aqui que vive de atestado médico por medo. Não consegue sair de casa. Os alunos ameaçam de morte, falam que são amigos de traficantes e metem medo mesmo. Não dá pra saber o que eles são capazes de fazer", alerta.

Segundo a educadora, as agressões entre estudantes são quase que diárias e cada vez mais tomam proporções maiores. "Às vezes as brigas são generalizadas, envolvendo dezenas de alunos, tanto dentro quanto fora da escola. Todo dia tem movimentação, empurra-empurra e uma série de distúrbios. O clima de violência é generalizado", conta.

De acordo com a professora, os alunos também depredam o patrimônio da instituição, quebrando, quase que diariamente, janelas, portas, mesas e cadeiras. "É uma situação absurda. Nós sabemos que brigas e xingamentos são coisas que acontecem no cotidiano de uma escola, mas a situação está passando dos limites. E não só no Colégio Estadual Milton Carneiro. A gente sabe que isso acontece em boa parte das escolas públicas de Curitiba, principalmente na periferia", conta.

A titular da Delegacia do Adolescente explica que a maioria das ocorrências envolve alunos de escolas públicas com faixa etária de 15 a 16 anos. "São casos de ameaças, injúria e agressão. Mas há também casos em escolas particulares", constata.

Fonte: <http://www.parana-online.com.br/>

Diálogo é aposta das secretarias pra prevenção

As secretarias da Educação do Estado (Seed) e Municipal (SME) apostam no diálogo entre professores, diretores e alunos para identificar e resolver o problema da violência nas escolas públicas. Para Maurício Rosa, coordenador de Desenvolvimento Socioeducacional da Seed, a violência da sociedade como um todo se reflete dentro das escolas. "Temos diversas políticas que têm por objetivo a prevenção de todas as formas de violência no ambiente escolar, mas o desafio é fazer com que essas situações sejam identificadas, diagnosticadas e resolvidas através do diálogo e da orientação, conversando com os pais e demais envolvidos", explica.

Douglas Dittrich, coordenador de gestão escolar da SME, cita que a rede municipal, por atender alunos mais novos - até o 5º ano do ensino fundamental -, registra menos ocorrências, mas afirma que a prioridade é tentar agir na origem dos distúrbios. "Nós não podemos agir de maneira punitiva para resolver esse problema. O que temos que fazer é tentar promover o diálogo e tentar resolver o que gera esses distúrbios, que via de regra acontecem por desrespeito às diferenças".

Fonte: <http://www.parana-online.com.br/>

Sindicatos cobram mais segurança

Os frequentes episódios de violência nas escolas públicas preocupam muito as entidades de classe dos trabalhadores na educação. Para Luiz Carlos Paixão da Rocha, secretário de imprensa da APP-Sindicato, as condições de trabalho dos educadores são delicadas. "É uma situação que nos preocupa e é preciso agir. Temos que ter nossa hora-atividade regulamentada. Pesquisa do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo mostra que 42% dos profissionais já sofreram algum tipo de agressão em sala de aula. Aqui não temos números exatos, mas com certeza temos um dado próximo ao de São Paulo, pela nossa experiência", diz.

De acordo com Suzana Pivato, diretora do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac), a entidade exige há anos o reforço na presença da Guarda Municipal nas escolas públicas. "Oferecemos orientação para os profissionais lidarem com situações de violência nas escolas, mas não é suficiente. A segurança tem que ser reforçada. Sabemos de inúmeras situações de ameaças por parte de alunos e pais, mas isso tem que parar. A situação está ficando cada dia mais grave", analisa.

Internet amplifica violência

As autoridades apontam as redes sociais como elemento fundamental para o aumento do número de brigas nas instituições de ensino da Grande Curitiba. De acordo com o capitão Ricardo da Costa, comandante da 1ª Companhia do Batalhão de Patrulha Escolar, a maioria dos enfrentamentos entre estudantes é agendada na internet. "Quando chegamos numa ocorrência e apuramos, logo nos certificamos que a briga foi marcada numa rede social. E são nesses sites que as brigas acabam ganhando amplificação", explica.

Para a delegada Nilceia Ferraro da Silva, titular da Delegacia do Adolescente, os alunos envolvidos nas brigas se utilizam das redes sociais como instrumento de afirmação entre colegas de escola. "Quando um vídeo de uma briga é postado, esse adolescente envolvido acaba ficando conhecido, se impondo em seu universo. Há uma banalização da violência e as redes sociais amplificam isso", avalia.

Fonte: <http://www.parana-online.com.br/>

Torna-se necessário o entendimento do que é violência escolar, em que contexto essa violência se insere, como se manifesta e quais as consequências diretas e indiretas para todos os envolvidos, para então, pensar em formas de intervir na escola, humanizar os espaços e as relações, com o objetivo de proporcionar um ambiente onde sejam priorizados os vínculos construtivos, a co-responsabilidade e o sentimento de pertencimento.

A percepção do fenômeno das violências nas escolas resulta das histórias vividas e recolhidas pelos diversos atores que convivem no ambiente escolar e das relações que estabelecem entre si. Nessa medida, as violências são percebidas como um fenômeno corriqueiro no cotidiano daqueles que já vivenciaram situações ligadas a roubos, ameaças, assalto, discriminação, vandalismo, atitudes autoritárias, brigas etc. Para evitar a continuidade dessa situação, é indiscutível a necessidade de se identificarem medidas para que os estabelecimentos de ensino se apresentem como espaço seguro para seus integrantes, uma vez que a violência afeta a integridade física, emocional e psicológica de alunos, professores, funcionários e pais. (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p. 52).

Toda essa discussão sobre a violência na escola deve ser regulada pela ideia de que sociedade se pretende construir.

Segundo Santos (2001, p. 116),

O que tem sido perseguido é a realização de uma compreensão socialmente construída, das mensagens contidas nos atos de violência, ou do significado oculto, obscurecido e, até mesmo, silenciado e implícito em atos de violência ocorridos no espaço escolar.

Figura 5 – Alimentando a cultura do medo e do terror

Alimentando a cultura do medo e do terror

Publicado em 13/11/2013 | *DIOGO BUSSE*

Dias atrás, fui chamado para ajudar a solucionar sérios problemas relacionados ao uso de drogas, em uma escola municipal da periferia de Curitiba. Sentamos eu, a diretora da escola, a chefe do núcleo de Educação da regional da prefeitura, professores, um psicólogo da minha equipe e outros profissionais envolvidos no debate. Dentre as principais questões levantadas pelos colegas, destacavam-se os relatos de ameaças de morte feitas por alunos aos professores, agressões, intoxicações, tráfico de drogas, evasão de alunos e problemas relacionados aos familiares.

O que nos diz o senso comum em uma situação como essa? Qual foi a primeira reivindicação entoada unanimemente pelos admiráveis educadores, que atuam em situações críticas em uma das mais dignificantes profissões? “Precisamos de mais policiamento”.

Respondi, de imediato, que não. Precisamos, isso sim, aumentar a oferta de atividades culturais. Precisamos ampliar as alternativas esportivas e profissionalizantes. Precisamos oferecer acesso à internet, à leitura e ao lazer. Como iremos esperar que jovens não usem drogas em uma comunidade onde não existe absolutamente mais nada a fazer? Como iremos propor um diálogo em uma região onde não existe outro ponto de encontro a não ser o bar da esquina?

Passamos, então, a pensar em um plano conjunto que pudesse melhorar o quadro daquela microrrealidade social. Afirmar que, sozinha, a prefeitura não resolveria o problema e que seria preciso mobilizar toda a comunidade em torno da escola. Seria preciso convocar a associação de moradores, o Conselho de Segurança, o Conselho Tutelar, os proprietários de bares e comerciantes da região, a Polícia Militar, a Guarda Municipal e os organismos públicos envolvidos para, juntos, desenvolvermos um plano de ação para a escola municipal.

Antes dessa reunião, procurei conhecer um pouco mais profundamente a realidade que procurávamos modificar, e foi aí que eu me surpreendi. Nesta comunidade escolar, que envolve aproximadamente 2 mil alunos, apenas 10% apresentavam problemas relacionados ao uso de drogas. A grande maioria não se envolvia com o tráfico, tampouco com o uso de drogas. Encontrei ali jovens que haviam sido premiados em competições de Ciências e Matemática! Professores afirmaram que na sala de troféus não havia mais espaço para armazenar as premiações e, no entanto, nunca tiveram a oportunidade de realizar uma solenidade para condecorar os talentosos jovens que se destacavam, porque estavam, na maior parte do tempo, registrando as ocorrências na delegacia, preocupados com os 10% de alunos problemáticos.

Resolvi escrever sobre essa recente experiência concreta porque ela ilustra muito bem o que acontece hoje na sociedade como um todo.

Primeiramente, reproduzimos uma cultura de que os problemas associados ao uso de drogas serão resolvidos com policiamento, com repressão. Depois, alimentamos uma cultura do medo e do terror, que oprime e ofusca os cidadãos, disseminando notícias de tragédias, assassinatos, prisões e desgraças alheias. Qual o sentido de continuarmos publicando apreensões de toneladas de drogas e prisões de megatraficantes?

Estaremos no caminho do bem quando o jornal mais lido e o noticiário mais popular forem aqueles que veicularem notícias positivas, bons exemplos que certamente existem aos montes, e os conhecidos periódicos de horrores forem fadados ao anonimato por falta de audiência.

Diogo Busse, advogado e mestre em Direito das Relações Sociais pela UFPR, é diretor de política sobre drogas da Prefeitura de Curitiba e presidente do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas (Comped).

Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/>

Diante deste enorme desafio, professores e comunidade escolar sentem-se inseguros, no momento em que o fenômeno da violência é amplamente divulgado pela mídia, nem sempre traduzindo a real situação das escolas.

Entretanto, o estudo da violência não pode se limitar apenas a violência expressa na escola, mas também aquela produzida pela educação, no espaço escolar, na sociedade ou na própria mídia.

Uma vez conscientes da realidade onde estão inseridos, com formação adequada para enfrentar as várias situações de conflito que possam surgir no dia a dia da escola, os professores terão condições de promover um espaço de aprendizagem, com qualidade.

Figura 6 – Violência nas escolas é “epidemia” mundial

Violência nas escolas é "epidemia" mundial

Descobrir estratégias para evitar e prevenir a violência nas escolas não é uma preocupação exclusiva dos educadores brasileiros. Em diversas partes do mundo, especialistas estão buscando soluções para evitar a proliferação das discussões, das agressões físicas e dos atos de vandalismo nas escolas.

Em dezembro, os 15 países-membros da União Europeia e mais 2 associados ao grupo vão definir estratégias conjuntas para atacar a violência nas escolas: eles participam do programa Connect Initiative desde maio de 2000. "Queremos definir diretrizes comuns que possam ser adotadas em outros lugares", explica o coordenador do projeto, Peter K. Smith. Por isso, os estudiosos estão elaborando diagnósticos de cada país e levantando as estratégias adotadas em cada lugar. "Dá para falar até numa 'epidemia'. E só vamos conseguir controlá-la se analisarmos o problema juntos."

Há um mês, representantes de cem países discutiram em Genebra, durante a 46.^a Conferência Internacional de Educação da Unesco, como aproximar a escola da sociedade - entre outras coisas, para melhorar as relações entre alunos, professores, dirigentes e pais, premissas do combate à violência.

Algumas estatísticas ajudam a compreender por que tanta gente está preocupada. Uma pesquisa feita pela Universidade de Brasília (UnB) a pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação mostra que as agressões a alunos, professores e funcionários são mais frequentes na rede pública do que na particular: quase 20% dos alunos da 8.^a série do ensino fundamental e da 3.^a série do ensino médio disseram ter presenciado ou vivido situações de violência onde estudam.

A história se repete mundo afora. Na França, um terço dos alunos do primário consideram violento o ambiente onde estudam. Na Grã-Bretanha, um estudo com 7 mil jovens de 13 a 18 anos indica

aumento da incidência de violência, sobretudo entre as garotas: 22% das entrevistadas disseram ter sido vítimas de algum tipo de violência no ano passado ante 17% em 1995.

Outro estudo, do Escritório Internacional de Educação da Unesco em dez países - Jordânia, Etiópia, Malásia, Israel, Eslováquia, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Peru -, analisou o impacto da violência sobre o aprendizado. Constatou aumento da violência "em escala alarmante", com relatos, no mínimo, preocupantes: 40% dos estudantes da Etiópia declararam ter repetido de ano ou abandonado a escola por causa da violência.

O estudo da UnB também mostrou que quanto mais violenta a escola, pior o desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) do Ministério da Educação (leia texto nesta página.) "É uma situação preocupante porque a violência nas escolas atinge crianças e jovens, o futuro de um país", analisa a coordenadora de Educação da Unesco no Brasil, Dulce Borges. Mais ainda porque, "ao contrário do que se pensa, é uma situação presente tanto países pobres quanto ricos, áreas rurais e urbanas", diz o estudo do Escritório Internacional de Educação.

Assim, começam a surgir iniciativas para identificar e atuar na raiz do problema: a maneira como as pessoas se relacionam no ambiente escolar. As estratégias variam desde campanhas em prol da paz, inclusão de temas como cidadania e ética no currículo e realização de atividades culturais e esportivas nas escolas nos fins de semana.

E, embora algumas dessas experiências apresentem bons resultados, falta atacar um ponto fundamental, na opinião da presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeosp), Maria Izabel Noronha: "Não adianta criar programas, abrir as escolas se o professor não estiver preparado para lidar com os novos problemas do mundo contemporâneo.

Também é preciso definir o que se espera da escola, pois ela não é mais o único lugar onde as pessoas têm acesso ao conhecimento, como ocorria no passado." Hoje, lembra ela, a escola tem de enfrentar a concorrência da mídia e da Internet.

Fonte: O Estado de S. Paulo

Ao considerarmos o fenômeno da violência, expresso pelos professores e objeto de vários estudos e pesquisas, podemos afirmar que os problemas são muitos, e certamente, uma preocupação de educadores e da sociedade como um todo.

5 IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação, inicial e contínua, embora não seja o único vetor de uma profissionalização progressiva do ofício de professor, continua sendo um dos propulsores que permitem elevar o nível de competência dos profissionais. Além de aumentar seus saberes e seu *savoir-faire*, ela também pode transformar sua identidade, sua relação com o saber, com a aprendizagem, com os programas; sua visão da cooperação e da autoridade, seu senso ético; em suma, pode fazer emergir esse novo ofício pelo qual lutou [...] (PERRENOUD, 2002, p. 12).

O aperfeiçoamento profissional é uma necessidade que atinge qualquer profissão. As mudanças sociais, entre elas o aumento da violência, são questões que justificam a necessidade de um diagnóstico mais preciso sobre o que acontece nas escolas e que se reflete amplamente na prática docente, exigindo do professor uma releitura das realidades envolvidas e um preparo profissional que vai além dos saberes curriculares.

As políticas públicas devem pensar a formação de professores, capacitando-os para lidar com os problemas hoje existentes no ambiente escolar.

Considerando a escola o espaço do saber sistematizado e formador de cidadãos criativos e atuantes, cabe ao professor intermediar as problemáticas do cotidiano escolar, em atendimento a demandas específicas, atuando sobre as práticas qualificadas como violentas.

Pressupõe-se que a falta de qualificação e aperfeiçoamento relevante e de qualidade no que se refere ao enfrentamento à violência e a falta de entendimento da função social da escola e do real papel do professor neste contexto, podem dificultar e até mesmo inviabilizar o ensino-aprendizagem.

Assim, mais do que um meio de atualização e aperfeiçoamento da prática docente, a formação continuada, voltada ao enfrentamento à violência nas escolas, contribui para o trabalho do professor diante desse cenário, bem como para o fortalecimento da instituição na busca de soluções efetivas para situações que envolvem violência no interior da escola e para o desenvolvimento e a garantia de uma educação de qualidade.

Questionar o que é violência, de que forma se insere na sociedade, principalmente nas escolas, o que, como e quando se provoca essa violência e de que forma os educadores e a comunidade podem contribuir para amenizar o problema, são perguntas fundamentais para conhecer e trabalhar o tema.

Preparar professores e demais profissionais de educação para que compreendam a violência no cotidiano escolar exige uma fundamentação teórica articulada com a sociedade contemporânea e seus desdobramentos sociais e históricos. A ausência de conhecimento sobre

o processo da violência e a deficiente competência profissional pode resultar em conclusões equivocadas, que levam a uma prática dissociada da realidade.

É importante destacar o crescente processo de violência na escola, o que se entende por cidadania, seu papel social neste contexto, quais as políticas públicas voltadas para a educação e os tipos de vinculação existentes entre as demais políticas públicas do Estado.

Cabe à escola, enquanto espaço do conhecimento científico produzido e partindo desse conhecimento, formar e humanizar o indivíduo como sujeito histórico.

Do professor é exigido maior conhecimento, capacidade de continuar aprendendo, habilidade para resolver os conflitos que surgem em sala de aula, domínio da linguagem e das tecnologias de informação. É necessário desenvolver e fortalecer a relação do professor com o campo do conhecimento, compreender que a violência na escola é também uma relação social intimamente ligada à prática pedagógica.

O professor deve conhecer suas potencialidades e saber superar suas limitações. Paulo Freire (1996, p. 80) ilustra bem essa assertiva “(...) como professor preciso me mover com clareza. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro do meu próprio desempenho”.

Entende-se que o profissional da Educação não pode parar de estudar, de ler, de conhecer, tendo não só acesso ao conhecimento produzido, mas também aos meios para promover a produção do conhecimento, por meio de pesquisas, debates, replanejando e reorganizando sua prática. Assim, o aperfeiçoamento profissional é, também, um projeto pessoal que implica autoinvestimento.

Mazzeu (1998) destaca que o professor pode ser o principal sujeito de sua própria formação na medida em que for capaz de tornar sua prática como objetivo de reflexão crítica. O docente ressalta, “perceber e admitir essas dificuldades é um passo importantíssimo para elaborar uma nova postura perante os alunos e sua prática”.

Os professores possuem conhecimentos. Mas esses conhecimentos não necessariamente são o mais importante no processo de ensino aprendizagem. Diante de um quadro de crescente violência na escola, que vem interferindo no processo educativo, o que deve ser valorizado é como o professor trabalha seus conhecimentos na forma de enfrentar os conflitos, e ao mesmo tempo ser o mediador da construção de conhecimento dos alunos. Valorizar as competências, as habilidades e as atitudes dos professores na relação com seus alunos, exigindo um posicionamento diante aos novos desafios que se opõem à educação.

Em todo instante deve haver uma reflexão na qual se busca a relação da teoria com a prática. Um dos grandes desafios da educação hoje é reconhecer o valor da prática dos

professores como contribuição na formação prática dos currículos, baseando-se em seus conhecimentos e nas demandas sociais que se refletem na escola. Um exemplo disso é o aumento das ocorrências de violência nos estabelecimentos de ensino, onde são necessárias intervenções e superações no contexto educacional.

Isso significa reconhecer os professores como atores e não simplesmente como executores. Outro fator a ser considerado é se o conhecimento dos professores está ligado à sua história e sua experiência pessoal e profissional. Assim, toda prática é única e vai sendo modificada à medida que o professor continua estudando.

Dessa forma, o professor é visto como principal responsável pela educação dos alunos na escola. A prática docente deve garantir o direito à escolarização e ao processo de aprendizagem do conhecimento escolar.

Freire, em suas palavras, leva a uma reflexão a respeito de ser professor. Segundo Freire (1996, p. 115):

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim uma escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem e da humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura da direita ou da esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser testemunho que deve ser do lutador pertinaz, que cansa, mas não desiste.

Reconhecer que o processo educativo é a base da cidadania e tem como objetivo a formação ampla da pessoa, e não apenas sua instrução formal, faz com que a profissão de professor ocupe lugar de destaque em relação às demais profissões. É na escola que se fortalecem os laços cívicos, o respeito às diferenças, o conhecimentos técnico e científico. O professor, portanto, é peça fundamental na consolidação desses valores, embora não seja plenamente reconhecido. Discutir e definir meios de enfrentamento à violência torna-se de extrema importância.

Assim, os educadores são responsáveis por efetivar a teoria na prática, como agentes detentores da palavra e autônomos em suas ações, uma educação que não reitere a violência na escola, intramuros ou fora dela.

Nesse sentido, ao se realizar um trabalho que busca investigar políticas públicas de formação continuada de professores voltadas ao enfrentamento à violência na escola, têm-se a convicção de que, de alguma forma, há uma contribuição importante para uma educação de qualidade.

5.1 PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Uma competência não é um saber procedimental codificado que pode ser aplicado literalmente. Ela mobiliza saberes declarativos (que descrevem o real), procedimentais (que prescrevem o caminho a ser seguido) e condicionais (que dizem em que momento deve se realizar determinada ação). Entretanto, o exercício de uma competência é mais do que uma simples aplicação de saberes; ela contém uma parcela de raciocínio, antecipação, julgamento, criação, aproximação, síntese e risco. (PERRENOUD, 2002, p. 180).

As discussões sobre educação e o papel da escola na sociedade atual destacam a formação do professor como requisito indispensável à democratização e à melhoria da qualidade da escola, bem como à construção de uma sociedade crítica, solidária e consciente.

O direito à educação é garantido na CF de 1988. E ainda, o inciso V do Art. 206, refere-se a “*valorização dos profissionais da educação escolar...*”.

A LDB tem como finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No que se refere à formação do professor, a LDB estabelece os fundamentos da formação profissional e usa o termo formação de profissionais da educação e formação de docentes. A Lei coloca como propósito:

Art. 61º A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Desse modo, criar condições para atingir os objetivos da educação básica passa a ser o principal desafio dos profissionais da educação.

A LDB ainda trata da valorização profissional, com ênfase ao aperfeiçoamento profissional, conforme consta:

Art. 67º Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - (...)

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - (...)

IV - (...)

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - (...)

A LDB representa importantes avanços no que se refere à capacitação docente, embora amplo, o texto aponta para a teoria relacionada à prática, reforçando a formação continuada nas escolas, incorporada à carga horária do professor.

A garantia de acesso à Educação Básica transformou a escola pública na principal forma de adquirir o conhecimento sistematizado. Isso exige mais profissionais para atender alunos oriundos de diferentes realidades. Profissionais com capacidade de enfrentar desafios como a reprovação e a evasão escolar, e resolver conflitos, como o da violência nas escolas.

Assim, a formação desse profissional, capaz de superar problemas que a sociedade contemporânea vê refletida nos espaços escolares, torna-se essencial para a melhoria na qualidade do ensino.

No Estado do Paraná, A Lei Complementar nº 103/2004, de 15 de março de 2004, dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e garante "o aperfeiçoamento profissional contínuo", conforme segue:

Art. 3º. O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná objetiva o aperfeiçoamento profissional contínuo e a valorização do Professor através de remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Estado, baseado nos seguintes princípios e garantias:

I - (...)

II - profissionalização, que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional, com remuneração digna e condições adequadas de trabalho;

III - formação continuada dos professores;

IV - (...)

V - (...)

VI - (...)

VII - valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

VIII - (...)

IX - (...)

X - (...)

XI - período reservado ao Professor, incluído em sua carga horária, a estudos, planejamento e avaliação do trabalho discente.

Da mesma forma, a Lei Complementar nº 130/2010, de 14 de julho de 2010, regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), com o intuito de oferecer Formação Continuada para o Professor da Rede Pública de Ensino do Paraná.

O PDE é um Programa de Capacitação Continuada implantado como uma política educacional de caráter permanente, que prevê o ingresso anual de professores da Rede Pública Estadual de Ensino para a participação em processo de formação continuada com duração de 2 (dois) anos, tendo como meta qualitativa a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas estaduais de Educação Básica (Parágrafo Único, Art. 1ª, Lei Complementar nº 130/2010).

O programa tem como objetivo proporcionar aos professores da rede pública estadual subsídios teórico-metodológicos para que sejam desenvolvidas ações educacionais sistematizadas, que resultem em redimensionamento de sua prática.

O PDE é desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Secretaria Estadual de Educação (SEED) e Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do estado do Paraná. Ele estabelece o diálogo entre os professores do ensino superior e os da educação básica, por meio de cursos e atividades práticas e teóricas, orientadas nas modalidades presencial e a distância, com orientação pedagógica fundamentada nos princípios educacionais e nas diretrizes curriculares da SEED. O resultado é a construção do conhecimento sobre a realidade escolar e os processos de ensino-aprendizagem, com atenção às reais necessidades de enfrentamento de problemas presentes nas escolas de Educação Básica na busca por mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública do Estado.

O PDE oferece aos professores da rede pública estadual a formação continuada na área de sua formação inicial, com atividades orientadas por docentes das instituições de ensino superior.

Os professores têm a chance de aperfeiçoar e aprofundar seus conhecimentos, com vistas a uma mudança na sua prática.

Como parte das atividades do PDE, o Grupo de Trabalho em Rede (GTR), se caracteriza pela interação virtual entre os Professores PDE e os demais professores da Rede Pública Estadual.

O GTR é um espaço virtual que possibilita aos demais professores da rede a socialização do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, projeto elaborado pelo professor integrante do PDE. O objetivo do GTR é a troca de experiências e a reflexão sobre o tema, e se caracteriza como mais uma estratégia destinada aos professores da rede pública.

Através do GTR promove-se também a inclusão virtual dos professores como forma de democratizar o acesso da Educação Básica aos conhecimentos teórico-práticos específicos das áreas/disciplinas trabalhados no Programa.

Com o intuito de oportunizar aos profissionais da educação um espaço para discussões de questões sobre a escola, material didático, planejamento e o projeto pedagógico, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná criou a Semana Pedagógica, que é uma reunião de professores e funcionários da rede estadual de ensino cujo objetivo é o de tratar da importância da escola pública, a organização do trabalho pedagógico e as temáticas do cotidiano escolar. Ela é realizada nos próprios estabelecimentos de ensino, organizada duas vezes ao ano, em fevereiro e em julho, antecedendo a volta às aulas. Durante a Semana Pedagógica é apresentada aos participantes a Proposta Pedagógica e o Regimento Escolar, são realizadas palestras e discussões em grupo.

6 OUTROS PROGRAMAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

(...) programas contra a violência escolar que existem no mundo apontam para a busca de uma escola que propicie um espaço solidário, humanista e cooperativo, em permanente interação com a comunidade, enfim um espaço prazeroso de construção da cidadania. (SANTOS, 2001, p. 119).

Diante das transformações sociais e, conseqüentemente, das mudanças ocorridas no cotidiano das escolas, a formação continuada de professores se mostra fundamental no enfrentamento à violência.

A escola pode ser um local privilegiado de combate à violência, mas, para isso, necessita de profissionais respeitados, com conhecimento de pedagogia, cabendo ao poder público investir na formação e reciclagem desses profissionais e adotar estratégias para fazer prevalecer o direito e os deveres do professor. (ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2003, p. 51).

Também nas escolas públicas do Estado do Paraná, a violência e como enfrentá-la tornam-se um enorme desafio, na medida em que as possíveis causas e suas conseqüências interferem diretamente no processo de ensino aprendizagem, com reflexos negativos no rendimento escolar.

A SEED dispõe de algumas ações que visam o enfrentamento à violência:

Para combater a violência no ambiente escolar, a Secretaria de Estado da Educação - SEED, conta com um plano e duas comissões de enfrentamento à violência. O Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes tem como objetivo fortalecer as articulações locais, estaduais e regionais no combate e na eliminação da violência contra crianças e adolescentes. O plano está sob a coordenação da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude e é resultado da Rede de Proteção do Estado do Paraná. A Comissão Interdepartamental de Enfrentamento à Violência nas Escolas (CIEVE) integra as ações da Secretaria de Estado da Educação com o objetivo de desenvolver a formação continuada de profissionais da educação, a pesquisa e a produção de material didático informativo. Essas ações visam ao combate da violência e do uso indevido de drogas, além de combater a evasão escolar e a indisciplina. A Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes (CEIEVCA) elabora propostas de intervenção social que garantam os direitos das crianças e dos adolescentes. A comissão é formada por órgãos estaduais e entidades não governamentais, que elaboram ações de acordo com as Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência e com o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes (Portal Dia a Dia Educação. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=112>>).

Enfrentar a violência significa primeiramente conhecê-la, tentar compreender suas causas, seus agentes e por quais meios ela se manifesta. A Secretaria de Estado da Educação, através da Coordenação de Desenvolvimento Socioeducacional (CDS), da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais (DPPE), norteia seu trabalho na avaliação do problema,

no estudo e na produção de material didático-pedagógico, na formação continuada dos professores e na implementação de planos de ação. Um exemplo são os Cadernos Temáticos de Enfrentamento à Violência na Escola, distribuídos às escolas da rede em 2009 e 2010.

Outra ação importante que conta com a participação efetiva da Educação é a Rede de Proteção Social dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes², que visa o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos³.

6.1 PROJETO ESCOLA QUE PROTEGE

O Projeto Escola que Protege, implantado pelo MEC e desenvolvido no Estado do Paraná pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), visa a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, além do enfrentamento e prevenção à violência no contexto escolar. Para isso, o programa financia a formação continuada de profissionais da educação, bem como dos profissionais que atuam na Rede de Proteção, e produz materiais didáticos e paradidáticos nos temas do programa.

Os profissionais tornam-se capacitados a identificar situações de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, nas diversas formas em que a violência se caracteriza, indo da violência física à psicológica, o abandono, a exploração sexual ou o trabalho infantil. O Programa Escola que Protege é destinado a profissionais da Rede Pública de Ensino, municipais e estaduais, aos profissionais da Saúde, Conselheiros Tutelares, Agentes de Segurança e Justiça, e Lideranças Comunitárias, Associação de Pais e Mestres e Adolescentes.

6.2 PATRULHA ESCOLAR

² A Rede de Proteção Social dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes é uma ação integrada entre instituições, para atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal: sob ameaça e violação de direitos por abandono, violência física, psicológica ou sexual, exploração sexual comercial, situação de rua, de trabalho infantil e outras formas de submissão que provocam danos e agravos físicos e emocionais.

³ O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Esse sistema articula-se com todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamentárias, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade.

O Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) é uma Organização Policial Militar (OPM) da Polícia Militar do Paraná (PMPR), especializada na aplicação do policiamento comunitário escolar para todo o Estado do Paraná.

O policiamento escolar surgiu em 1994 com a denominação de Patrulha Escolar, composto exclusivamente por policiais femininas. A criação dessa patrulha se deveu aos desagradáveis desfechos de ocorrências policiais nos colégios de Curitiba, onde se observou que o policiamento básico era inadequado a esse tipo de situação. Com o passar do tempo esse serviço foi ampliado e constituiu-se numa especialidade de policiamento. Inseriu-se no conceito de polícia comunitária, o qual através de uma parceria entre a Polícia Militar e a Secretaria Estadual de Educação, passou também a ministrar palestras educativas, e assessoria na segurança das escolas. Em 2008 o policiamento escolar de todo o Estado foi reunido sob um comando único, e passou a denominar-se Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC).

O BPEC atende as comunidades escolares com os Programas Patrulha Escolar Comunitária (PEC) e Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e tem por finalidade o desenvolvimento da ampla rede de proteção à criança e ao adolescente por meio da educação preventiva sobre drogas e violência.

Ressalta-se que aproximadamente 97% das atividades desenvolvidas no programa Patrulha Escolar Comunitária (PEC) são de cunho preventivo e apenas três por cento são de origem repressiva. Mesmo na atuação repressiva, o BPEC realiza o encaminhamento de cada caso de maneira a congrega e envolver a escola e a família no processo de resolução do problema (delito ou resolução de conflitos), por meio do preparo diferenciado dos policiais-militares (Portal Dia a Dia Educação. Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?contudo=73#saiba>)

Dentre as atividades desenvolvidas pelo BPEC, estão as de cunho preventivo:

1. Avaliação das instalações do estabelecimento quanto à segurança que estas proporcionam, com sugestões de aprimoramento e adaptações; e emissão de um laudo de segurança para a instrução do pedido de reparos e adaptações.
2. Coleta de informações para formação de diagnósticos, e estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazo. Esta coleta ocorre através da dinâmica aplicada junto à comunidade escolar; visando identificar os problemas comuns, buscar soluções, refletir sobre a responsabilidade de cada segmento, e obter compromissos.
3. A administração e comunidade escolar passam para a concretização das ideias, tomada de providências, e mudanças de procedimentos.

4. Palestras:

- * Para os pais: segurança e Estatuto da Criança e do Adolescente;
- * Para os alunos: segurança, paz e autoestima;
- * Para os professores: segurança e disciplina;
- * Para os funcionários: segurança e treinamento para situações de risco e conflito.

5. Plano de segurança: Fase de elaboração de uma comissão de representantes de cada segmento, uma programação onde será registrada toda a evolução havida no grupo; bem como, quais as regras a serem seguidas para o aumento da segurança. (PMPR)

6.3 PROERD

O PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - consiste em uma das ações que compõe as políticas públicas estaduais sobre drogas e violência no Estado do Paraná, e trabalha na perspectiva da prevenção primária em segurança pública, no espaço privilegiado das escolas.

Como a dependência às drogas constitui ameaça à sociedade, uma vez que representa aos usuários o comprometimento de seu futuro, da qualidade de suas relações sociais, maior propensão ao envolvimento em crimes e ingresso num ciclo vicioso de decadência de valores, violência e perda da capacidade laborativa. Com base nessa premissa, o PROERD tem se antecipado à ação de traficantes e da violência na escola, família e entorno social, em função do trabalho realizado pelos policiais militares que desenvolvem sua atividade na condição de Educador Social do Programa. O trabalho desenvolvido pelo PROERD é possível em razão do estabelecimento de Convênios entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública - Polícia Militar do Paraná, por meio do PROERD, com as Secretarias de Educação dos Municípios e das Escolas Particulares, bem como a parceria com demais órgãos pertinentes que participam no processo de formação, na condição de apoiadores (Portal Dia a Dia Educação - <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73#saiba>).

O PROERD é baseado originalmente no Programa Americano denominado Drug Abuse Resistance Education - D.A.R.E, (concebido no ano de 1983 nos EUA), tendo passado por intensa adaptação à realidade brasileira, e contextualizado na sociedade paranaense. Teve início no Brasil em 1992 no Estado do Rio de Janeiro, e atualmente todos os Estados aplicam o programa. Hoje ele é desenvolvido em 58 países, e já alcançaram nos cinco continentes, aproximadamente 50 milhões de crianças até a presente data.

Os policiais militares que atuam no Programa são rigorosamente selecionados e formados por profissionais da própria Polícia Militar (do sistema PROERD) e da área de educação, para atuarem nas escolas e em famílias. O policial militar do PROERD tem a

participação uma vez por semana em turmas do ensino fundamental e no curso para Pais ou Responsáveis, assim como o de Educação Infantil, sendo que o foco principal do Programa regular é a abordagem de temas sobre a valorização à vida e a tomada de decisões ao não uso de drogas e ações geradoras de violência.

O PROERD traz uma linguagem adequada à faixa etária que se direciona, por meio de várias atividades interativas e com a participação de grupos em aprendizado cooperativo. Um ponto de grande relevância na aplicação do PROERD reside no vínculo afetivo que o Instrutor do PROERD, também denominado de Educador Social, desenvolve com os alunos, em função da relação pedagógica e da aproximação proporcionada pelo policial militar em sua atividade de docência.

As atividades servem para estimular os estudantes a resolverem os principais problemas na sua faixa etária, e neste contexto podem ser incorporadas como parte integrante do currículo, oferecendo assuntos como saúde, ciências, estudos sociais, literatura e outros pertinentes. Além disso, as atividades do PROERD ensinam as crianças e adolescentes a reforçarem a autoestima, a lidar com os conflitos, a resistir às pressões dos companheiros e da mídia e a desenvolverem conceitos de cidadania.

Assim, foi desenvolvido um currículo próprio que contém dez lições para alunos que se encontram nas quartas e sextas séries do ensino fundamental, respeitando-se as necessidades de desenvolvimento psicológico e maturacional dos alunos, conforme a síntese genérica do conteúdo das lições: Adquirir as habilidades e conhecimentos para reconhecer e resistir à pressão dos companheiros ou grupos quando do oferecimento de álcool, cigarros ou outras drogas; Desenvolver a autoestima; Aprender técnicas de como ser seguro; Maneiras de dizer não às drogas; Aprender alternativas positivas ao uso de drogas; Aprender a lidar com o estresse e resolver conflitos; Resistir ao envolvimento com gangues; Redução da violência; Consequência dos atos de vandalismo e violência; Aprender a tomar decisões; Construir habilidades de comunicação; Noções de cidadania. O Programa no Paraná já atendeu, desde a sua implantação no ano de 2000, mais de 1.100.000 (um milhão e cem mil) estudantes das redes de ensino pública e particular, com o alcance no ano de 2010 de 167 (cento e sessenta e sete) municípios no Estado. (Portal Dia a Dia Educação. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73#saiba>>).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada é tema recorrente nos discursos e embates da educação brasileira, tanto em seu percurso histórico quanto no momento atual. Surge como uma necessidade do docente em investir na sua formação, a expensas do Estado ou do próprio profissional, para melhoria profissional e das novas demandas que emergem da sociedade contemporânea.

Ensinar torna-se um desafio cada vez maior na medida em que essas novas demandas, expectativas e necessidades despontam, entre elas o aumento da violência escolar, um fenômeno complexo que requer fundamentação teórica e tratamento adequado.

Dessas transformações ocorridas na sociedade, destacamos as consequências da violência escolar para a organização do trabalho pedagógico e para o processo de ensino-aprendizagem.

Com a proposta de discutir e definir meios de enfrentamento à violência, buscamos os possíveis elementos que determinam e condicionam os diferentes tipos de ações e comportamentos violentos, comuns na sociedade, e que se refletem na escola.

Entendemos que violência é uma questão histórica e de grande complexidade, não sendo de fácil resolução.

Nesta perspectiva, o que se propôs foi uma análise do fenômeno como um todo, primeiro conceituando a violência, conhecendo sua origem, reconhecendo os fatores constituintes e contextuais e identificando as práticas qualificadas como violentas.

Evidenciamos nesse contexto, que também a escola vivencia esse fenômeno, não estando imune às transformações sociais e suas relações interpessoais.

Diante de um quadro de crescente violência, o sentimento de medo e insegurança ultrapassa os muros escolares, trazendo consequências negativas ao desempenho escolar e profissional.

Em face da análise mais aprofundada, se explicita que a questão central presente nessa conjuntura, objetiva responder à fragilização da instituição, imputada ao docente, e divulgada pela mídia como sinônimo de ausência de autoridade docente.

As informações são veiculadas pela mídia de forma potencializada, aumentando a gravidade e dando maior visibilidade ao problema, gerando determinações em nossa visão de mundo.

A maneira com que o problema é mostrado impede a capacidade dos indivíduos de construir argumentos críticos em relação ao contexto em que tais fenômenos estão inseridos.

Assim, com o objetivo de compreender a formação continuada de professores, visando a mediação de conflitos na prática escolar e a identificação das ações do Estado no enfrentamento à violência, procuramos conceitos, estudos e pesquisas sobre o tema, que pudessem subsidiar discussões e possibilidades de ações frente a complexa tarefa de enfrentar situações concretas de violência e orientar a prática de professores e equipe pedagógica na superação do problema.

Nesse sentido, entendemos que a escola deve assumir seu papel social na prevenção e enfrentamento à violência no espaço escolar, contribuindo para a construção de uma cultura da paz.

Considerando que a função da escola é dada pela sociedade, que pode ser deduzida das demandas da sociedade e da identificação de suas necessidades, apontamos para a imprescindibilidade de profissionais qualificados, embasados teoricamente e conhecedores da realidade em que estão inseridos.

Subentende-se, por consequência, que a formação continuada de professores é uma premência latente, um requisito para o trabalho docente, dado às mudanças sociais, o que exige a formulação de políticas públicas que atendam às diferentes demandas e respondam a esta problemática.

O exemplo disso, em confirmação à fragilização da prática docente e à inoperância do sistema escolar, são as pesquisas realizadas sobre o tema, nas quais alunos declaram a perda de vontade de ir à escola por temerem roubos e agressões e de profissionais, que preferem transferir-se para ambientes escolares supostamente mais seguros.

Sublinhamos, porém, a importância da formação continuada de professores voltada ao enfrentamento à violência escolar, situação esta que exige intervenção, de onde possam surgir ações coletivas e concretas, capazes de alterar as circunstâncias consideradas contrárias à educação.

Apontamos como elemento positivo as ações que priorizam o envolvimento da sociedade, com participação efetiva da comunidade escolar, desde a elaboração de projetos à sua implementação e implicação prática dos resultados.

Devemos levar em consideração, no enfrentamento à violência, o que está preconizado pela Constituição Federal Brasileira (CF) em seu inciso IV, art. 3º elenca como um de seus objetivos fundamentais e que deve ser respeitado o seguinte *in verbis* “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Prevê ainda que os direitos e garantias fundamentais devem ser resguardados a todos, em seu art. 5º, *caput*, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer

natureza”. Além disso, o próprio art. 5º, inciso III da nossa constituição ilustra que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”.

As ações hoje propostas pelo Estado do Paraná buscam atender o contido na Constituição Federal, na LDB e no Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Temos como exemplos, o PDE - Programa de Capacitação Continuada, voltado à capacitação docente e mais especificamente, ao tratar da violência escolar, o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes.

Entretanto, o tema violência requer formação, reflexões e discussões constantes sobre suas causas e manifestações, bem como avaliações que permitam estabelecer parâmetros para ações posteriores, pois o fenômeno cresce a cada dia.

É preciso buscar as causas da violência, que se encontram além dos muros da escola. Conscientizar a comunidade escolar e a sociedade como um todo, sobre quais as formas de violência e suas consequências no cotidiano escolar, oferecendo condições para que os fatores externos que levam a atos violentos possam ser identificados e analisados, fatores esses que muitas vezes se refletem no comportamento agressivo dos alunos. Faz-se necessário orientar as escolas e subsidiar os educadores para o enfrentamento às diversas formas de violência, na tentativa de conter e mesmo evitar o problema.

Os profissionais da educação e a comunidade escolar precisam reconhecer as formas com que a violência se apresenta muitas vezes invisível aos olhos, mas presente no espaço escolar. Conhecer o que se tem produzido sobre o tema se torna imprescindível e discutir com o coletivo da escola é essencial na elaboração de propostas que contribuam para amenizar o problema.

Sugere-se a partir das políticas existentes, e levando-se em consideração a realidade de cada escola e seu entorno, a viabilização junto à comunidade escolar de uma investigação sobre o fenômeno da violência. É preciso levantar dados sobre os tipos de violência existentes e a frequência com que ocorrem: Quais as reclamações dos docentes e dos alunos no que tange a violência escolar? Quais as situações de violência registradas na comunidade e em seu entorno? De que forma isso afeta o espaço escolar, o processo de ensino-aprendizagem, o desempenho dos alunos e a atividade docente?

Assim, a partir desse mapeamento da violência, é preciso proporcionar um trabalho coletivo interno no ambiente escolar, e externo, com a comunidade escolar e instituições parceiras para verificar a origem do problema, as carências dentro da instituição e da comunidade e se os profissionais estão aptos a lidar com essas problemáticas. Esse trabalho deve contribuir para a melhoria na qualidade da educação, com propostas de ações que

valorizem e reforcem o papel da escola como ambiente que proporciona a construção histórica e crítica do saber.

Enfim, esse projeto procurou destacar a necessidade de retirar as instituições do desvio em que se encontram, levando-as à retomada do seu papel educativo, valorizando a escola como instituto realizador do direito à educação. Em suma, a escola vista como uma instituição de ensino que deve zelar e estar comprometida com a aprendizagem e bem-estar dos alunos, professores e demais profissionais nela inseridos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; AVANCINI, Marta; OLIVEIRA, Helena. **O bê-á-bá da intolerância e da discriminação**. 2003. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/cap_02.pdf>. Acesso em: 10/12/2013.

ALMEIDA, José Luciano Ferreira de. **Violência Escolar e a relação com o conhecimento e a prática docente**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/sem_ped_2009/textos_apoio/CDEC/enfrentamento_a_violencia.pdf>. Acesso em: 14/07/2012.

AQUINO, Júlio Groppa. **Confrontos na sala de aula: Uma leitura institucional da relação professor-aluno**. São Paulo: Summus, 1996.

_____. **A violência escolar e a crise da autoridade docente**. Caderno CEDES[online]. Dez.1998, vol.19, n.47. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32621998000400002&script=sci_arttext>. Acesso em: 14/07/2012.

BARBOSA, Edilza Gomes; CALIL, Raimunda do Carmo. **Formação do professor: a técnica do saber fazer**, 2002.

BARROS NETO, T. P. **Sem medo de ter medo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BERNICK, M. A. **Ansiedade**. Revista Brasileira de Medicina. vol. 46, n. 4, p. 99, 1989.

BLEICHMAR, H. **Depressão: um estudo psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: promulgada em 05 de outubro de 1988, São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

_____. **Lei 8069/90, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 14/07/2012.

_____. **MEC - Ministério da Educação e Cultura**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 12/04/2013.

_____. **MEC - Ministério da Educação e Cultura. Projeto Escola que Protege.**

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12361&Itemid=563>. Acesso em: 10/04/2013.

_____. **Secretaria dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://portal.sdh.gov.br/>>.

Acesso em: 15/04/2013.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: FTD, 2000.

CAMARGO, Orson. **Violência no Brasil, outro olhar.** Colaborador Brasil Escola, 2010.

Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/violencia-no-brasil>>. Acesso em: 10/11/2012.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão.** Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n° 8, jul/dez 2002, p. 432-443.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 1994.

CHESNAIS, Jean-Claude. **Histoire de la violence.** Paris: Éditions Robert Laffont, 1981.

CHRISPINO, Álvaro; CHRISPINO, Raquel S. P. **Políticas educacionais de redução da violência: mediação do conflito escolar.** São Paulo: Biruta, 2002.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. **Violência: um problema global de saúde pública.** Ciência & Saúde Coletiva, vol.11 (Sup): 1163-1178, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>>. Acesso em: 06/02/2013.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEBARBIEUX, Éric (Coord.). **La violence à l'école: approches européennes.** Institut National de Recherches Pédagogiques. In: Revue Française de Pédagogie, n.º 123 - avril, mai-juin, 1998.

DSM-IV (1994). **Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais.**

DUPÂQUIER, Jaques. **La violence en milieu scolaire.** In: Éducation et formation: enfants et adolescents en difficulté. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

FALCONE, E. (1995). Cap. 14 **A relação entre o estresse e as crenças na formação dos transtornos de ansiedade.**

FOBIAS. **Documentário francês transmitido pelo GNT,** 2000.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASPARIN, João Luiz; LOPES, Claudivan S. **Violência e conflitos na escola: desafios à prática docente**. *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences*. v. 25, n.2 Maringá: UEM/PPG, p. 295-304, 2003.

GAZETA DO POVO. **Alimentando a cultura do medo e do terror**. Curitiba: 13/11/2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/conteudo.phtml?id=1424907&tit=Alimentando-a-cultura-do-medo-e-do-terror>>. Acesso em: 06/01/2014.

GAZZANIGA, Michael e HERATHERTON, Todd. **Ciência psicológica - mente, cérebro e comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRIGOYEN, M-F. **Assédio moral: a violência do cotidiano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2000.

HOUAISS, Antonio. **Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Ed. Objetiva. 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados do censo demográfico de 2010**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 15 de dezembro de 2012.

KURZ, R. **A expropriação do tempo**. Disponível em: <<http://planeta.clix.pt/obeco/http://www.odialetico.hpg.com.br>> Acesso em: 05/09/2003.

LAPLANCHE & PONTALIS. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: M .Fontes, 1970.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, Raymundo de. Fobia escolar gera aposentadoria precoce. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, ano 3, n. 27, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/027/27ray.htm>>. Acesso em: 05/09/2013.

Linda ES, Janet LF, Pamela MM, Gene AS. **Intimate partner surveillance: uniform definitions and recommended data elements**, Version 1.0. Atlanta, GA: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention; 1999.

LOPES, Patrícia. Fobias. **Brasil Escola**, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/psicologia/fobias.htm>>. Acesso em: 5/09/2013.

MAZZEU, Francisco José Carvalho. **Uma proposta metodológica para a formação continuada de professores na perspectiva histórico-social**. Caderno CEDE [online]. Abr.1998, vol. 19, n.44, p. 59-72. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01012621998000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08/05/2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública.** Ciênc. saúde coletiva, vol.4, no.1, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100002>. Acesso em: 06/02/2013.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. **Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra.** Psicol. Soc., jan./abr. 2007, vol.19, no.1, p.90-98.

OMS - Organização Mundial da Saúde. The World Health Report 2002 - Reducing Risks, Promoting Healthy Life; Genebra, 2002.

PARANÁ. Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004. Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 2004.

_____. Lei Complementar nº 130/2010, de 14 de julho de 2010.

_____. Polícia Militar do Paraná-PMPR. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.pr.gov.br>> Acesso em: 15/04/2013.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Enfrentamento à violência na escola.** Cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_violencia_vol1.pdf>. Acesso em: 06/04/2013.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Patrulha Escolar. PROERD.** Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73#saiba>>. Acesso em: 15/01/2014.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Portal **Dia A Dia Educação.** Disponível em <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=80>> <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=422>>. Acesso em 06 de abril de 2013.

PARANÁ ONLINE. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/679115/noticia=EXPLOSAO+DE+VIOLENCIA+NAS+ESCOLAS+PUBLICAS+ASSUSTA>>. Acesso em: 25/08/2013.

PERRENOUD, Philippe. **A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: Profissionalização e Razão Pedagógicas.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PERRENOUD, Philippe; PAQUAY, Léopold; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Evélyne (orgs.). **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?** 2ª edição, Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PINO, Angel. **Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 763-785, 2007.

PORTAL APRENDIZ. **Violência nas escolas é “epidemia” mundial.** O Estado de S. Paulo. Disponível em:
<http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/noticias_educacao/id081001.htm>. Acesso em: 06/01/2014.

PORTAL BRASIL MEDICINA. Disponível em:
<http://www.brasilmedicina.com.br/noticias/_check_printnot.asp?Cod=85&>. Acesso em: 26/09/2013.

QUILES, M. I. **Neuroses.** São Paulo. Ática, 1986.

REVISTA VEJA. **Com medo dos alunos.** São Paulo: Abril, n. 1904, 2005. Disponível em:
<http://veja.abril.com.br/110505/p_062.html> Acesso em: 18/12/2012.

REVISTA VEJA. **O medo que tortura.** São Paulo: Abril, n. 1688, 2001. Disponível em:
<http://veja.abril.com.br/210201/p_104.html> Acesso em: 06/02/2013.

RUSSELL, B., LAFARGUE, P. **A economia do ócio.** Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A violência na Escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 105-122, jan./jun. 2001.

SCHEERENS, Jaap; BOSKER, Roel J. **The Foundations of Educational Effectiveness.** Oxford: Pergamon, 1997.

SCHILLING, Flávia. **A sociedade da Insegurança e a Violência na Escola.** São Paulo: Moderna, 2004.

SILVA, Jair Militão. Políticas Públicas em educação e formação docente: o problema da (in)disciplina examinado sob a ótica de um “currículo formativo”. In MENESES, João Gualberto Carvalho; BATISTA, Silvia Helena S.F. (orgs.) et al. **Revisitando a Prática Docente: interdisciplinaridade, políticas públicas e formação.** São Paulo: Pioneira Thomson. Learning, 2003.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

SOUZA, Mirian Rodrigues. **Violência nas escolas: Causas e consequências.** Caderno Discente do Instituto Superior de Educação, Ano 2, n. 2, 119-136, Aparecida de Goiânia, 2008. Disponível em:
<<http://www.faculdadealfredonasser.edu.br/files/pesquisa/Artigo%20VIOL%C3%8ANCIA%20NAS%20ESCOLAS%20-%20CAUSAS%20E%20CONSEQU%C3%8ANCIAS.pdf>>
Acesso em: 06/02/2013.

VIANA, Nildo. **Escola e violência.** In: VIANA, N.; VIEIRA, R. (Org.). Educação, cultura e sociedade: abordagens críticas da escola. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

WESIACK, Wolfgang. **Enfrentando o medo: uma abordagem criativa da doença e das crises**. São Paulo: Paulinas, 1999.

ZEICHNER, Kenneth M. **A formação reflexiva de professores: ideias e práticas**. Lisboa: EDUCA, 1993.